

ECONOMIA & TECNOLOGIA

Publicação do Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
com o apoio do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)



EDITORIAL / 5

PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA / 7

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO EM 2004 / 11

NÍVEL DE ATIVIDADE, INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA / 17

POLÍTICA FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA / 27

ECONOMIA PARANAENSE / 37

SETOR EXTERNO E ECONOMIA INTERNACIONAL / 41

ECONOMIA E TECNOLOGIA / 47

OPINIÃO / 51



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (PPGDE)

APOIO



INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ



Ano 01

Volume 01

Maio/Junho de 2005

ECONOMIA & TECNOLOGIA

Publicação do Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
com o apoio do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (PPGDE)

APOIO



CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Coordenação Geral

José Luis Oreiro

Secretária Geral

Aurea Koch

Supervisão Geral

Jedson César de Oliveira

Editoração eletrônica

Bruno Reinoso Hybner

Flávio Corrêa Augusto Basílio

Jedson César de Oliveira

Ronald Jesus da Conceição

Equipe Técnica

André Lúcio Neves

Bruno Reinoso Hybner

Evânio do Nascimento Felipe

Flávio Corrêa Augusto Basílio

Jedson César de Oliveira

Ronald Jesus da Conceição

Colaboradores

Evelin Lucht

Luciano Rodrigues Lara

Endereço para correspondência:

Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC)

Av. Prefeito Lothário Meissner, 3400 - Jardim Botânico

CEP 80210-170 Curitiba - Paraná

Fone: (41) 3360-4400

E-mail: cepec@ufpr.br

Assinatura anual (06 exemplares)

R\$ 180,00 (Até 30/06 - R\$120,00)

Exemplar avulso:

R\$ 35,00

Efetuar depósito na Conta Corrente:

Banco Itaú

Agência n.º 4012

Conta n.º 11690-3

Enviar comprovante de depósito para
o endereço acima

ÍNDICE

EDITORIAL	
Carta de Apresentação.....	05
<i>José Luís Oreiro</i>	
PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA.....	07
<i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>	
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO EM 2004.....	11
<i>Marcelo Curado</i>	
NÍVEL DE ATIVIDADE, INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA.....	17
I. Nível de atividade da economia brasileira (2004-2005).....	17
<i>Marcelo Curado</i>	
II. Inflação.....	19
<i>Marcelo Curado</i>	
III. Política Monetária	
Os sinais contraditórios da política monetária do Governo Lula.....	22
<i>José Luís Oreiro</i>	
POLÍTICA FISCAL E DÍVIDA PÚBLICA	
A evolução recente da relação dívida/PIB no Brasil.....	27
<i>Jedson César de Oliveira</i>	
<i>José Luís Oreiro</i>	
ECONOMIA PARANAENSE	
A indústria do Paraná e as perspectivas para a manutenção do crescimento econômico.....	37
<i>Gustavo Inácio de Moraes</i>	
SETOR EXTERNO E ECONOMIA INTERNACIONAL	
As boas novas do front externo.....	41
<i>Nilson de Paula</i>	
<i>Paulo Mello Garcias</i>	
ECONOMIA E TECNOLOGIA	
Uma análise de mudança tecnológica sob o enfoque conjuntural.....	47
<i>Walter Shima</i>	
<i>Armando João Dalla Costa</i>	
<i>Bruno Reinoso Hybner</i>	
OPINIÃO	
Uma análise da economia paranaense nas últimas décadas.....	51
<i>Demian Castro</i>	
<i>Igor Zanoni Constant Carneiro Leão</i>	

EDITORIAL

Carta de apresentação

Neste primeiro número do Boletim de Conjuntura *Economia & Tecnologia* - uma iniciativa conjunta do Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - que tratará da conjuntura econômica do Brasil e do estado do Paraná - busca-se elevar o debate econômico, tanto em termos acadêmicos quanto em termos empresariais e políticos, com o objetivo de fornecer subsídios aos tomadores de decisão tanto do setor público como do setor empresarial.

A criação deste periódico de circulação bimestral traz à tona a questão da carência ou timidez do debate em torno da análise conjuntural com respeito às instituições públicas e privadas do estado do Paraná. Apoiando-nos na independência ideológico-partidária da Universidade Federal do Paraná, na excelência acadêmica do PPGDE - cada vez mais reconhecido a nível nacional como um dos melhores programas de pós-graduação em economia do Brasil - e o apoio inestimável da TECPAR, esperamos contribuir com o debate apresentando idéias que ajudem a melhorar cada vez mais o ambiente econômico e que a partir disso possamos colher os frutos do crescimento sustentado no longo prazo.

Em cada número esperamos contar também com as opiniões de economistas de renome nacional e internacional para enriquecer ainda mais as discussões. Neste primeiro número, o nosso convidado é o ex-ministro e Professor Luis Carlos Bresser Pereira (FGV-SP), que faz uma perspectiva para o crescimento da economia brasileira.

A estrutura do Boletim de Conjuntura *Economia & Tecnologia* será assim formada:

- Nível de Atividade, Inflação e Política Monetária;
- Economia e Tecnologia;
- Política Fiscal e Dívida Pública;
- Economia Paranaense e
- Setor Externo e Economia Internacional.

Com a firme confiança de que o Boletim *Economia & Tecnologia* terá um papel importante na construção de um Brasil melhor para todos, subscrevo atenciosamente,

Prof. Dr. José Luís Oreiro
Coordenador do Boletim Economia & Tecnologia

PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA

*Luiz Carlos Bresser Pereira**

A economia brasileira passou por um enorme ajustamento positivo entre 1999 e 2004, que poderia indicar o caminho da retomada do desenvolvimento. Entretanto, não há razão para otimismo por duas razões: porque um problema macroeconômico fundamental e agudo não teve sua solução encaminhada – a taxa de juros Selic – e porque as autoridades monetárias não se revelam suficientemente determinadas a evitar que a taxa de câmbio volte a se valorizar.

O crescimento econômico depende, em primeiro lugar, de estabilidade macroeconômica – estabilidade que não é alcançada no Brasil desde a crise de 1979. Há 25 anos, portanto, o país experimenta alta inflação, e/ ou déficit público, e/ou déficit em conta corrente, e/ou taxas de juros elevadas – os quatro sinais que, isolada ou conjuntamente, indicam a existência de desequilíbrio macroeconômico. Principalmente por essa razão a economia permanece semi-estagnada, apresentando uma taxa média de crescimento per capita inferior a 1% ao ano.

Em segundo lugar, o crescimento depende da taxa de poupança e de investimento. Esta taxa baixou dos 24% aproximadamente em que se encontrava no final dos anos 70 para 18 a 19% nos últimos anos, em grande parte porque a poupança pública tornou-se desde então altamente negativa. Em terceiro lugar, depende da eficiência com que os recursos são utilizados, que baixou nos últimos 50 anos, como é possível ver pela queda da reação marginal produto-capital, que estava próxima de 0,5 e hoje caiu para quase a metade.

É por esta última razão que, de um lado, as reformas institucionais e a reforma da gestão pública, e, de outro, a educação e o desenvolvimento tecnológico e científico são tão importantes. Entretanto, a tese insistentemente repetida pelo governo atual, assim como pelo anterior, de que o equilíbrio macroeconômico foi alcançado, e agora “tudo depende das reformas”, constitui grave equívoco. Em primeiro lugar, porque a eficiência no uso dos recursos não depende apenas de mudanças institucionais, mas também de políticas industriais, tecnológicas, educacionais e da gestão pública. Em segundo lugar – e mais importante – porque, a curto prazo, o que é preciso é usar plenamente os recursos disponíveis – e isto depende do equilíbrio macroeconômico. Além disso, é preciso aumentar a taxa de

investimento – o que novamente depende desse equilíbrio, e particularmente de um aspecto fundamental dele: a recuperação da poupança pública.

Ora, tudo indica que o governo continua incapaz de alcançar o equilíbrio macroeconômico. É verdade que tem feito um esforço importante na direção do ajuste fiscal, mas esse esforço é em grande parte neutralizado pela elevada taxa de juros Selic que o Banco Central insiste em pagar aos rentistas brasileiros. Esta taxa, além de ter um efeito fiscal desastroso, porque importa em déficit público e em poupança pública negativa, envolve um subsídio aos rentistas, sendo, portanto, a expressão de sua captura por eles. Mas há um segundo subsídio. A Selic inviabilizaria completamente o investimento privado não fossem os subsídios compensatórios que são oferecidos através da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) do BNDES, e dos subsídios ao crédito agrícola. Esses enormes (e necessários) subsídios, entretanto, são incapazes de compensar totalmente as taxas de juros elevadas, já que, no caso da TJLP, apenas as grandes empresas têm acesso a ele.

Nisto tudo o que é irônico e patético é o fato de que esses dois enormes subsídios são os resultados da ortodoxia convencional que domina a política econômica brasileira com o apoio do Fundo Monetário Internacional. Essa ortodoxia convencional, que tanto criticou as políticas industriais do passado, não hesita, hoje, em apoiar subsídios provavelmente maiores, implícitos em uma taxa Selic que deveria e poderia ser três a quatro vezes menores do que é.

A taxa Selic administrada pelo Banco Central encontra-se em um equilíbrio perverso. Se países com igual ou pior classificação de risco que o Brasil podem pagar taxas de juros básicas (que não deve ser confundida com a taxa de longo prazo do mercado) 3 a 4 vezes menores do que a Selic por que o Brasil não pode? Por que é necessária a arbitragem entre a taxa Selic e a taxa de longo prazo, quando se sabe que a taxa Selic é uma taxa de curtíssimo prazo, destinada a remunerar quem, nesse prazo, não tem nem precisa ter alternativa de aplicação de seus recursos monetários? Se o problema está na indexação da Selic à própria Selic, por que não se providencia a desindexação?

O Banco Central não tem resposta a essas perguntas. Ao invés de respondê-las, faz com que a Selic varie, dadas as condições de demanda, entre um piso de 9% e um teto de 15% reais, quando poderia e deveria variar entre 2 e 4% reais. E diz que aquelas taxas astronômicas são necessárias “para combater a inflação”. Na verdade, para o Banco Central, que, perversamente, tem apenas uma meta – a de inflação – esta é uma posição muito

* Ex-Ministro da República. Professor de Teoria econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

cômoda. A situação do governo, que tem também como objetivos o emprego e o equilíbrio da conta corrente do país, é objetivamente menos cômoda, mas não é suficientemente incômoda para levá-lo a desenvolver uma estratégia de baixa dessa taxa. Atemorizado com as ameaças de volta de inflação, ou então de crise de financiamento do Tesouro – ameaças sem base, mas alimentadas por interesses poderosos, que estão capturando no total, quase 10% do PIB brasileiro – o governo deixa o Banco Central livre para realizar uma política que só interessa aos rentistas.

Nos últimos cinco anos, entretanto, o mercado e os dois governos – o segundo governo FHC e o atual governo Lula – promoveram um grande ajuste macroeconômico no Brasil. O mercado, através de duas crises, promoveu o ajuste mais importante – o da taxa de câmbio, enquanto o governo, a partir de 1999, passou a se empenhar no ajuste fiscal. Foi principalmente o ajuste da taxa de câmbio pelo mercado e pela crise que transformou um grande déficit em conta corrente em superávit. Com isso, a desastrosa política de crescimento com poupança externa (ou seja, com déficit em conta corrente) que apenas valorizava o real e aumentava artificialmente os salários e o consumo, foi abandonada, enquanto aumentava a poupança interna. Isto foi logrado através da queda da renda real dos trabalhadores e da classe média assalariada, que a depreciação cambial causou, e através do ajuste fiscal promovido pelos dois governos, começado em 1999.

Este grande ajuste externo e de poupança, entretanto, está sendo ameaçado agora com a valorização do real em relação ao dólar. É certo que a apreciação da moeda nacional em relação a uma cesta de moedas é menor, mas o fato é que, mesmo considerando essa cesta, a taxa de câmbio real brasileira está se tornando perigosamente valorizada. Os exportadores, principalmente aqueles que nos últimos anos investiram contando com uma taxa de câmbio favorável, já estão sendo vítimas de decepção e sendo obrigados a reverem seus planos de investimentos.

O governo toma medidas tímidas para limitar a apreciação do real, mas o piso de R\$ 3,00 por dólar, que durante algum tempo foi praticado, acabou sendo abandonado. Fala-se tanto em credibilidade por parte da política do governo, e não há dúvida que credibilidade é um bem inestimável, mas que credibilidade pode ter um governo que não logra manter razoavelmente estável e competitiva a taxa de câmbio do país? Mesmo quando o governo intervém, procurando segurar a cotação do dólar, insiste que não está intervindo, preocupado em agradar a ortodoxia oficial dominante lá fora. Uma ortodoxia que tanto critica o populismo, mas que apóia o populismo cambial sem pejo. Uma ortodoxia que tanto critica

subsídios que distorcem o mercado, mas apóia uma captura sem precedentes do Tesouro Nacional.

O governo está exultante com o crescimento de 5,2% do ano passado. Mas não está considerando que esse crescimento decorre mais do uso de capacidade ociosa do que de aumento da capacidade produtiva. Que decorre mais do desaparecimento da crise de confiança que rodeou as últimas eleições presidenciais, do que de ações efetivas do próprio governo. É claro que é importante que o governo não se tenha entregue ao populismo fiscal. Mas isto é o mínimo que se espera de um governo.

Além disso, espera-se dele, no curto prazo, no plano da política macroeconômica, que acabe com essa sangria violenta nos cofres públicos representada pela Selic e pelos subsídios compensatórios. E que mantenha a taxa de câmbio em um nível competitivo. Sem essas duas outras condições, o país continuará a crescer lentamente, e, o que é pior, voltará a aumentar sua fragilidade externa, que ainda é grande.

Essa fragilidade diminuiu graças ao câmbio mais competitivo produzido pelas crises de 1998 e 2002, mas é exatamente esse câmbio que está agora sendo ameaçado. E diminuiu também graças à situação favorável da economia internacional, mas o quadro internacional está em franca deterioração, dada a irresponsabilidade fiscal dos Estados Unidos e a queda livre do dólar, e já obriga a OCDE a rever suas previsões para este ano. Por outro lado, do próprio Estados Unidos, que não está cuidando bem de sua casa, e do Fundo Monetário Internacional, continuam a vir conselhos e estímulos para que se mantenha uma política de câmbio irresponsável, que facilmente nos levará a novas crises, e, conjuntamente com a política perniciososa de juros, promoverá o prolongamento indefinido da semi-estagnação em que nos encontramos desde que deixamos de pensar como uma nação nossa política macroeconômica.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO EM 2004

Marcelo Curado*

O crescimento de 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004 constitui-se numa mudança importante no sinal do comportamento do produto, sobretudo quando comparado com o ano anterior. O resultado é importante e deve ser comemorado pelo governo federal, sobretudo porque foi obtido num contexto de cumprimento da meta de inflação e de um expressivo superávit nas contas externas.

Não obstante, algumas qualificações sobre este processo merecem ser realizadas. A primeira e mais evidente diz respeito à base de comparação utilizada. O crescimento do PIB, em sua forma padrão, mensura a variação percentual do produto em termos reais de um ano em relação ao anterior. Como em 2003 o crescimento foi baixo, a base de comparação torna-se relativamente pequena, o que acentua o resultado obtido em 2004.

A análise torna-se mais precisa a partir da observação dos dados da tabela 01 abaixo.

Tabela 01. PIB real (Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior)

2002	2003	2003 T2	2003 T3	2003 T4	2004 T1	2004 T2	2004 T3
1,93	0,54	0,03	-0,19	0,91	4,00	5,64	6,13

Fonte: IPEADATA

O crescimento do PIB real de 6,13% no terceiro trimestre de 2004 ocorre em relação a um terceiro trimestre de 2003 no qual a variação do produto foi negativa. O mesmo raciocínio é válido para o resultado do segundo trimestre de 2004. Neste mesmo período em 2003, a variação do PIB real foi praticamente nula.

Uma outra evidência dos limites deste processo de crescimento encontra-se nos seus impactos sobre o mercado de trabalho. Em geral, períodos de aquecimento relevante da economia acabam, com algum *gap* temporal, traduzindo-se numa ampliação dos rendimentos do fator trabalho.

Os dados apresentados na tabela 02 confirmam a hipótese de que o crescimento não é ainda significativamente forte para afetar o mercado de trabalho. O rendimento médio do trabalho é ainda inferior ao verificado no ano de 2002.

* Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: mcurado@ufpr.br.

Tabela 02. Rendimento médio real (em R\$)

2002	2003	2004 T1	2004 T2	2004 T3	2004 M09	2004 M10	2004 M11
1.028,76	940,64	919,02	924,39	925,74	922,40	925,35	964,80

Fonte: IPEADATA

Além desta qualificação, deve ser incorporada ao debate uma análise do cenário internacional em 2004. O resultado obtido pela economia brasileira precisa ser comparado ao do resto do mundo. Tratar o crescimento econômico de um país isoladamente, tende a desprezar o papel fundamental do cenário econômico internacional, o qual em diversas situações pode jogar um papel chave na definição da aceleração ou da retração do produto, sobretudo em economias com elevado grau de abertura comercial e da conta de capital.

Por fim, é relevante também estabelecer uma discussão sobre o comportamento dos componentes da demanda agregada no crescimento e seus vínculos com a condução da política econômica recente. Vejamos, inicialmente, a questão da economia internacional.

De acordo com o FMI, a economia mundial cresceu em 2004 aproximadamente 5%. O crescimento da economia brasileira em 2004 situou-se, portanto, em torno da média internacional. A separação entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento revela também algumas informações pertinentes. Em 2004, os países desenvolvidos cresceram em torno de 3,6%, taxa bastante elevada para os padrões destas economias. Já as economias em desenvolvimento cresceram 6,6% em 2004. A taxa de crescimento para o México, a Colômbia e a Bolívia, por exemplo, foram todas próximas à da economia brasileira. Chile, Argentina e, sobretudo Venezuela, cresceram a taxas significativamente superiores (5,5 %, 7,0% e 12,0%, respectivamente).

Os dados selecionados permitem concluir que o crescimento para a economia brasileira em 2004 deve ser considerado “normal” do ponto de vista comparativo. Além de qualificar melhor o resultado de 2004, estes dados também permitem evidenciar um ponto de grande importância no debate recente sobre a política econômica, qual seja que em grande medida o crescimento de 2004 deve ser atribuído à conjuntura econômica internacional favorável.

Crescimento da economia mundial significa crescimento da demanda por produtos no mercado internacional, o que pode ser comprovado pela elevação no *quantum* exportado global. O volume de exportações dos países desenvolvidos cresceu 7,8%, enquanto os países em desenvolvimento registraram um crescimento de 11% neste volume. Neste contexto, verifica-se também a elevação dos preços em dólar dos produtos transacionados. O preço dos

produtos manufaturados cresceu em torno de 7,5%. O petróleo e seus derivados em torno de 28,9% e os produtos primários excluindo petróleo registraram um acréscimo de 16,8% em seus preços. O cenário foi, portanto, francamente favorável aos países exportadores de petróleo e derivados e de produtos primários. Todos os grupos de países em desenvolvimento apresentaram uma melhora em seus termos de troca, o que não se verificou para os países desenvolvidos, sobretudo para a União Européia.

Estas informações reforçam o argumento de que o cenário em 2004 foi muito favorável, sobretudo para os países em desenvolvimento exportadores de petróleo. No caso brasileiro, esta forte expansão da demanda internacional por produtos e serviços concomitante a melhoria nos termos de troca, permitiu a elevação das exportações e do saldo comercial, como pode ser observado nas tabelas 3 e 4.

Tabela 03. Exportações (FOB) – (em milhões de dólares)

2003	2004	2004 T2	2004 T3	2004 T4	2004 M11	2004 M12	2005 M01
73.084	96.475	23.858	26.972	26.197	8.159	9.194	7.444

Fonte: IPEADATA

Tabela 04. Balança comercial (FOB) - (em milhões de dólares)

2003	2004	2004 T2	2004 T3	2004 T4	2004 M11	2004 M12	2005 M01
24.794	33.693	8.877	10.085	8.594	2.078	3.511	2.183

Fonte: IPEADATA

Embora uma medida mais precisa do impacto das exportações sobre o produto mereça uma análise mais técnica, preferencialmente uma análise econométrica, parecem existir poucas dúvidas de que o bom resultado de 2004 encontra fortes vínculos com a expansão das vendas no mercado internacional, sobretudo no primeiro semestre do ano, quando o mercado interno dava sinais de desaquecimento.

Estes resultados foram frutos, no entanto, de um contexto internacional específico (forte crescimento da demanda mundial com melhoria nos termos de troca para os países em desenvolvimento) com a manutenção de uma taxa de câmbio real durante o ano de 2003 e o primeiro trimestre de 2004 francamente favorável às exportações.

Os movimentos internacionais de desvalorização do dólar e alguns sinais de desaquecimento na demanda por bens primários devem ser vistos com cuidado pela equipe econômica, o que aparentemente não tem ocorrido.

Declarações do Secretário de Política Monetária do Banco Central, Marcos Lisboa, confirmam a visão da instituição de que o Real valorizado não tem produzido efeitos de

redução do superávit comercial. Vale lembrar, no entanto, que os contratos de exportações são firmados com um *lag* temporal não desprezível. Em outras palavras, o efeito da valorização do Real deverá ser sentido apenas a partir do segundo semestre deste ano, quando os contratos passarem a incorporar as taxas de câmbio vigentes.

Por outro lado, os dados disponíveis demonstram que a partir do segundo semestre de 2004, os efeitos positivos das vendas para o resto do mundo começaram a contaminar o mercado interno. Os investimentos, tanto como proporção do PIB em termos nominais, quanto em termos de variação em termos reais apresentaram forte retomadas, em especial a partir do terceiro trimestre daquele ano, como pode ser observado a partir dos dados das tabelas 5 e 6.

Tabela 05. Taxa de investimento nominal (em percentagem do PIB)

2002	2003	2003 T2	2003 T3	2003 T4	2004 T1	2004 T2	2004 T3
18,32	17,78	16,95	17,84	17,92	19,10	18,88	21,01

Fonte: IPEADATA

Tabela 06. Investimento real (Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior)

2002	2003	2003 T2	2003 T3	2003 T4	2004 T1	2004 T2	2004 T3
-4,16	-5,13	-8,96	-7,63	-3,57	1,84	13,41	20,13

Fonte: IPEADATA

A preocupação neste caso encontra-se na política monetária. O Banco Central tem sistematicamente elevado o patamar da taxa de juro Selic nos últimos meses. A literatura internacional que estuda os mecanismos de transmissão da política monetária demonstra que alterações na taxa de juros afetam a demanda agregada, via alteração nas decisões de gastos com consumo e investimento, num período que varia entre 6 e 9 meses.

No caso brasileiro, estudos do próprio Banco Central demonstram que o *gap* temporal entre a variação da taxa e seus efeitos sobre a demanda agregada é de 6 meses. Desta forma, e desde que estes estudos econométricos estejam corretos, os efeitos das atuais elevações da taxa básica deveriam ser sentidos apenas no primeiro trimestre de 2005. O argumento de que a taxa de juros não está alta porque a economia está crescendo ignora as considerações sobre o *gap* temporais acima expostas, minimizando, de forma equivocada, as recentes decisões do Copom.

Por fim, o crescimento do consumo em 2004 apresenta como característica marcante o fato de estar concentrado na expansão dos setores de bens de consumo duráveis, com destaque para a indústria automobilística e os produtos eletroeletrônicos. Dados do IBGE,

ainda preliminares, apontam para uma expansão destes setores da ordem de 20% em relação ao ano anterior. Boa parte deste crescimento pode ser explicada por políticas de concessão de crédito que passam à margem da atual política monetária, tais como as políticas de financiamento de automóveis e pela retomada do endividamento das famílias. Uma evidência de que a expansão de 2004 ainda não afetou de forma significativa a renda dos trabalhadores é que o setor de bens de consumo não duráveis apresentou em 2004 um crescimento reduzido (em torno de 5%).

De forma sintética, apresentam-se para reflexão as seguintes considerações sobre o crescimento econômico em 2004:

1. A taxa de crescimento da economia brasileira manteve-se próxima à média da economia mundial e abaixo da verificada para o conjunto dos países em desenvolvimento;
2. O crescimento do produto encontra fortes vínculos com a expansão das exportações, sobretudo no primeiro semestre do ano. Esta expansão, no entanto, é fruto de uma combinação de elementos altamente favoráveis para a expansão das vendas no mercado internacional, com destaque para: a) forte crescimento da economia mundial, sobretudo da demanda por matérias-primas; b) melhoria nos termos de troca para as economias em desenvolvimento e c) fechamento de contratos com Real desvalorizado em termos reais contra os principais parceiros de países desenvolvidos;
3. A retomada dos investimentos e do consumo pode ser contida pela atual política monetária de elevação da taxa de juros;
4. Forte concentração da expansão nos setores de bens de consumo duráveis e resultados diminutos na expansão dos setores de bens de consumo não duráveis sugerem que o crescimento do consumo se deu a partir de forte endividamento das famílias e que a retomada do crescimento ainda não atingiu de forma substantiva a remuneração dos trabalhadores.

NÍVEL DE ATIVIDADE, INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA.

Marcelo Curado*

I. Atividade Econômica

A análise dos indicadores macroeconômicos sobre a evolução recente da atividade econômica corrobora a noção de que a economia brasileira assistiu em 2004 a uma retomada do crescimento econômico. Os dados disponíveis sobre a evolução do PIB, em termos reais, sintetizam de forma clara os bons resultados observados ao longo de 2004, ano no qual o crescimento do PIB real foi de 5,2%.

Merece destaque o resultado obtido pelo setor industrial ao longo de todo o ano de 2004 e dos primeiros meses de 2005. Em janeiro e fevereiro a produção industrial cresceu 5,94% e 4,37% respectivamente, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O acumulado do primeiro bimestre registrou acréscimo de 5,2% e o indicador para os últimos doze meses ficou em 8,6%, semelhante ao resultado de janeiro deste ano (8,5%), de acordo com o IBGE.

Tabela 01. Produção industrial (Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior)

2003	2004	2004 T2	2004 T3	2004 T4	2004 M12	2005 M01	2005 M02
0,05	8,30	9,95	10,38	6,33	8,33	5,94	4,37

Fonte: IPEADATA

Este aumento da produção vem sendo acompanhado por resultados igualmente satisfatórios no que se refere ao comportamento das vendas no varejo, com especial destaque para o ótimo resultado obtido em dezembro de 2004 em relação ao mesmo período de 2003, como pode ser observado na tabela 03.

Tabela 02. Valor real das vendas no varejo (Variação em relação ao mesmo período do ano anterior)

2003	2004	2004 T2	2004 T3	2004 T4	2004 M12	2005 M01
-3,67	9,25	11,26	9,40	8,96	11,42	6,24

Fonte: IPEADATA

A evolução dos investimentos, elemento importante na manutenção do ritmo de crescimento da economia, é também outra variável em que se verificaram bons resultados.

* Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: mcurado@ufpr.br.

Tanto em proporção ao PIB, quanto em termos reais, percebe-se uma recuperação dos gastos com investimentos em 2004 em comparação ao ano de 2003.

Tabela 03. Taxa de investimento nominal (Em percentagem do PIB)

2003	2004	2003 T3	2003 T4	2004 T1	2004 T2	2004 T3	2004 T4
17,78	19,57	17,84	17,92	19,10	18,88	20,83	19,39

Fonte: IPEADATA

Tabela 04. Investimento real (Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior)

2003	2004	2003 T3	2003 T4	2004 T1	2004 T2	2004 T3	2004 T4
-5,13	10,89	-7,63	-3,57	1,84	13,41	19,24	9,29

Fonte: IPEADATA

Existem, no entanto, alguns indicadores mais recentes que apontam para um cenário menos animador. A produção industrial em fevereiro comparada a janeiro deste ano apresentou queda da ordem de 1,2%. No corte por atividades, vale citar as reduções na indústria farmacêutica (-15,6%); alimentos (-2,2%); refino de petróleo e produção de álcool (-3,1%); e bebidas (-5,6%). Outra informação preocupante encontra-se no comportamento das vendas do varejo em fevereiro, mês em que foi registrado – em relação ao mesmo período do ano anterior – um crescimento de apenas 1,2%, significativamente inferior aos 6,24% observados em janeiro.

Os indicadores da produção física disponíveis até o momento também confirmam a tendência de desaceleração no ritmo de crescimento em 2005. A produção física no setor de bens de capital reduziu 1,49% em janeiro e 3,1%, em relação ao mesmo período de 2004. A mesma tendência é observada nos setores de bens intermediários e de bens de consumo. A produção física de bens intermediários reduziu 1,17%, enquanto a de bens de consumo apresentou uma redução de 1,63%.

Estas informações são preocupantes do ponto de vista do ritmo de crescimento para o ano de 2005, podendo indicar, ainda que preliminarmente, um desaquecimento da demanda global vinculado à política de elevação da taxa de juros nominal da economia promovida pelo Copom nos últimos meses¹.

¹ Vale lembrar que, de acordo com estudos do Banco Central do Brasil, os efeitos da taxa de juros sobre a demanda agregada no Brasil ocorrem com um *gap* temporal que varia entre 6 e 9 meses. Sobre o tema ver, por exemplo, Bogdanski, Tombini & Verlang (2000).

Os efeitos desta tendência mais recente de redução no ritmo de crescimento são sentidos diretamente no mercado de trabalho. A taxa de desocupação e a taxa de desemprego total apresentam nos primeiros meses de 2005 uma tendência de elevação, demonstrando claramente um desaquecimento na demanda por trabalho no mercado. Da mesma forma, o nível de emprego na indústria, segundo dados da FIESP, cresce, porém a taxas muito reduzidas (Tabela 06).

Tabela 05. Mercado de Trabalho (mar/05-out/04)

	mar/05	fev/05	jan/05	dez/04	nov/04	out/04
Taxa de desocupação (IBGE - % da PEA)	10,80	10,60	10,20	9,60	10,60	10,50
Taxa de desemprego (DIEESE - % da PEA)	17,30	17,10	16,70	17,10	17,40	17,60
Nível de emprego da indústria (FIESP - %)	0,45	0,74	0,31	-1,42	-0,01	0,87

Fonte: Valor Econômico (mar/05)

II. Inflação

Os dados recentes sobre a evolução dos principais índices de preços (IPCA, IGP-M e IPC-FIPE) demonstram que a inflação brasileira está controlada. No entanto, a manutenção do IPCA nos patamares verificados para os primeiros meses do ano, gera uma taxa de inflação para 2005 substancialmente acima da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 5,1%, embora ainda inferior ao teto da banda, estabelecido em 7.6% a.a. Com efeito, os valores anualizados da taxa de inflação medida pelo IPCA com base nos primeiros meses de 2005 são os seguintes:

Tabela 06. IPCA acumulado (2005)

Mês	IPCA anualizado
Janeiro	7.18%
Fevereiro	7.32%
Março	7.57%
Trimestre	7.36% a.a.

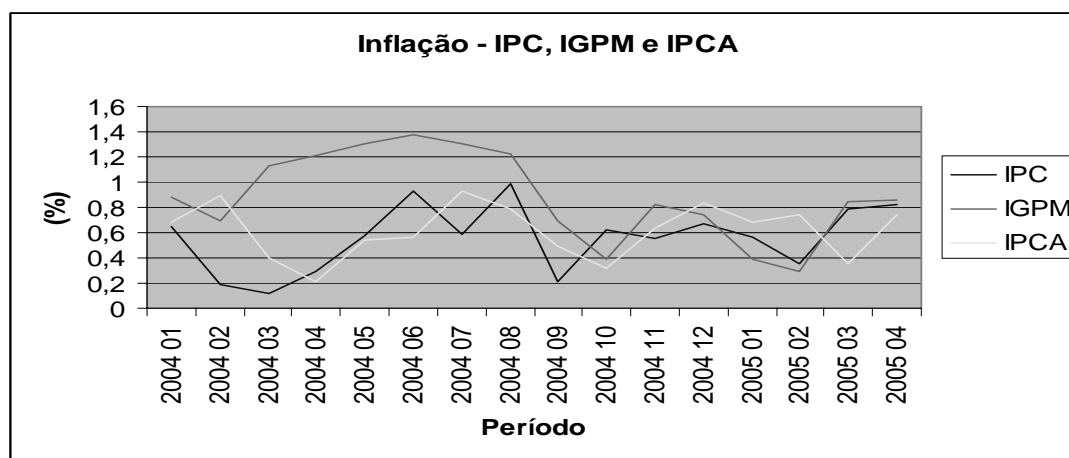
Fonte: IPEADATA

Conforme se observa na Tabela 07 acima, se a inflação continuar no mesmo ritmo do primeiro trimestre de 2005, então a variação do IPCA será de 7.36% ao longo do ano, bastante acima do centro da meta de 5.1%. Por outro lado, os dados do primeiro trimestre de 2005 não mostram nenhuma tendência de aceleração da taxa de inflação, a qual tem se mantido estável, em termos anualizados, na ordem de 7.5% ao ano.

Assim, embora não existam evidências que apontem para uma aceleração da inflação em 2005, se o Banco Central continuar mirando o centro da meta estabelecida pelo CMN para o corrente ano, então será inevitável continuação do ciclo de aumentos da taxa Selic, o que limita substancialmente as possibilidades de crescimento para o ano de 2005.

Destacam-se como preocupações sobre o comportamento da inflação:

- 1) Os resultados registrados nos últimos meses demonstram que a capacidade da política monetária, via elevação das taxas de juros, em controlar o processo inflacionário, é limitada. Com efeito, apesar da elevação substancial das taxas nominal e real de juros nos últimos meses, a taxa de inflação medida pela variação anualizada do IPCA tem permanecido estável em torno de 7%. Há também, do ponto de vista político, um claro limite para a continuidade da manutenção da política de elevação dos juros nominais e reais; haja vista as crescentes manifestações de políticos, empresários e economistas pela ampliação do CMN.
- 2) Estes resultados estão ocorrendo num contexto de valorização do Real frente ao Dólar, ou seja, num ambiente em que a taxa de câmbio, via preço dos produtos importados, tende a reduzir as pressões inflacionárias.



Fonte: IPEADATA

Em síntese, as evidências coletadas permitem concluir:

- i) Embora a economia brasileira tenha registrado em 2004 resultados satisfatórios em termos de crescimento, existem evidências que permitem prever um ritmo de crescimento para 2005, ainda que positivo inferior ao verificado em 2004, o que é preocupante em particular para o mercado de trabalho.

-
- ii) A inflação deve permanecer controlada, porém o Banco Central dificilmente deverá alcançar a meta de 5,1%, o que, em última análise deve servir para uma reflexão do CMN sobre o rigor das metas estabelecidas.

III. Política Monetária

Os sinais contraditórios da política monetária do governo Lula

José Luís Oreiro*

No início do segundo semestre de 2004, o Banco Central do Brasil iniciou um processo de elevação gradual da taxa básica de juros, a Selic, com o declarado objetivo de conter as pressões inflacionárias observadas na economia brasileira como decorrência da aceleração do crescimento do produto real, o qual fechou o ano de 2004 com um crescimento de 5,2% com respeito a 2003.

No sistema de metas de inflação prevalecente na economia brasileira, a principal tarefa da Banco Central é o controle da taxa de inflação, sendo a taxa nominal de juros o instrumento básico de política monetária. No entanto, a teoria e a prática da política monetária tem mostrado que os Bancos Centrais só são capazes de reduzir a taxa de inflação se conseguirem engendrar um aumento da taxa real de juros, haja vista que as decisões de gasto dos agentes econômicos do setor privado dependem do nível da taxa real de juros e não do seu valor nominal.

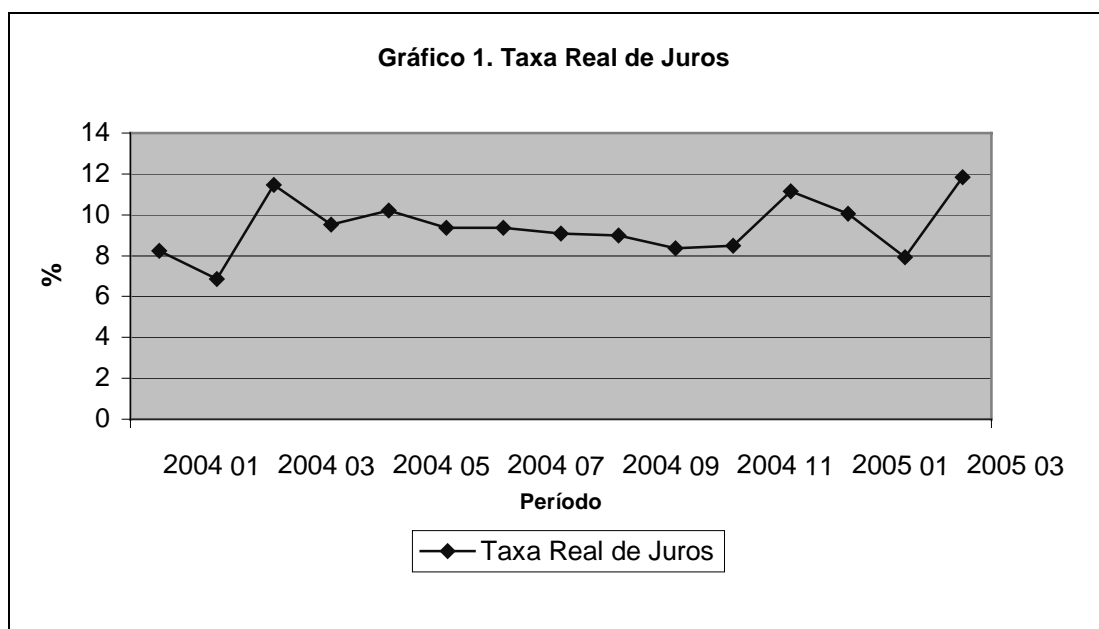
Nesse contexto, torna-se uma questão de suma importância à obtenção de uma medida precisa da taxa real de juros. A teoria econômica mostra que a taxa real de juros nada mais é do que a taxa nominal de juros deflacionada pela taxa esperada de inflação. O grande problema com essa definição se refere ao fato de que as expectativas de inflação dos agentes econômicos são, vias de regra, não observáveis e/ou não confiáveis. Dessa forma, o cálculo da taxa real de juros deve envolver *proxies* para a taxa esperada de inflação.

Por outro lado, supondo um ambiente econômico estável e, portanto, desprovido de mudanças e quebras estruturais, os agentes econômicos tendem a se guiar, no processo de formação de expectativas, pelo lema de que “o passado é um bom guia para o futuro”. Sendo assim, as expectativas de inflação são, em larga medida, determinadas pelo comportamento recente da taxa efetiva de inflação.

Uma forma de calcular a taxa real de juros é utilizar o assim chamado *critério backward*, o qual consiste em deflacionar o valor anualizado da taxa nominal de juros Selic de um determinado mês pela inflação acumulada dos últimos 12 meses. No cálculo da taxa real de

* Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: joreiro@ufpr.br.

juros opta-se por usar o valor anualizado da taxa Selic prevalecente num determinado mês ao invés do valor da meta anual da Selic definida pelo Copom no mês de referência. Os valores da taxa real de juros prevalecentes na economia brasileira no período compreendido entre janeiro de 2004 e março de 2005 podem ser observados no gráfico 1 abaixo.

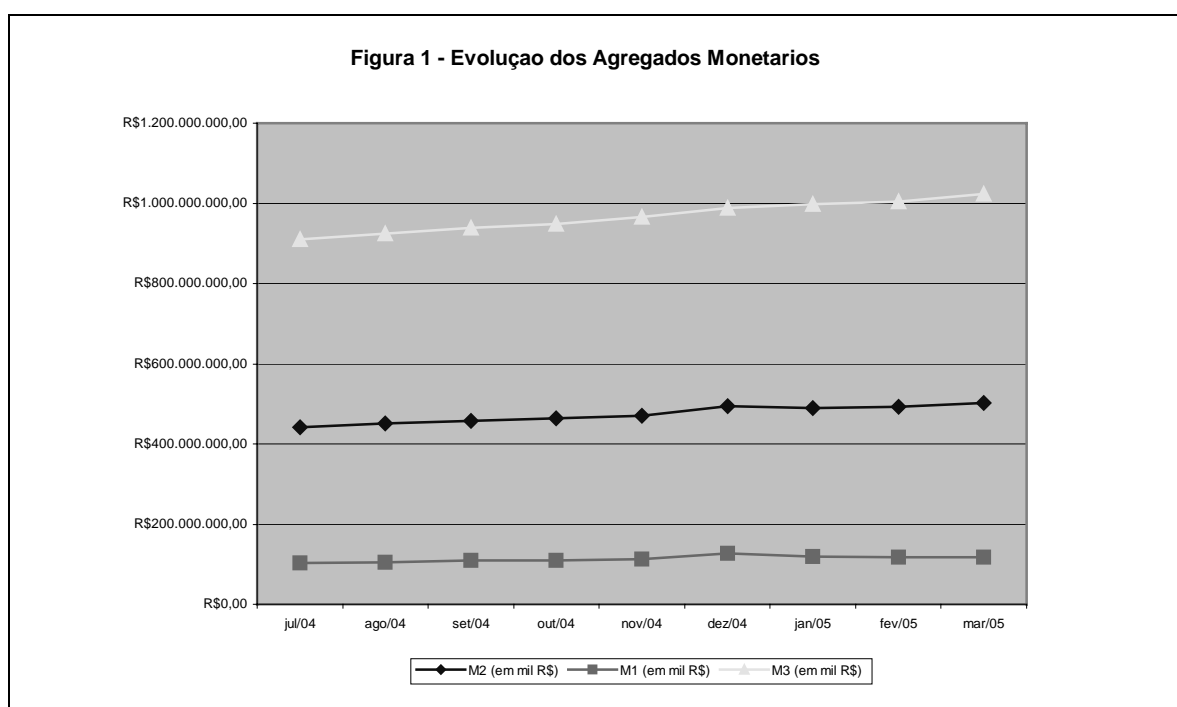


Fonte: IPEADATA

A análise do gráfico revela alguns fatos surpreendentes. Embora o banco central do Brasil tenha iniciado o ciclo de elevações da meta de taxa nominal de juros no início do segundo semestre de 2004, a taxa real de juros se manteve estável em torno de 8,9% ao ano até novembro. Os aumentos da taxa básica de juros só surtiram efeito sobre a taxa real de juros, medida pelo critério *backward*, em dezembro do ano passado, quando a taxa real ultrapassou o patamar de 11% em termos reais. No início do primeiro trimestre de 2005 a taxa real de juros voltou a cair, tendo alcançado 10,04% ao ano em janeiro e 7,92% ao ano em fevereiro. Em março de 2005, a taxa real de juros voltou a se elevar, tendo alcançado 11,83% ao ano. No período compreendido entre dezembro de 2004 e março de 2005 a taxa real de juros se situou no patamar de 10,24%, apresentando uma elevação de 1,34 p.p., com respeito ao período de junho a novembro de 2004. Esses dados indicam que o ciclo de aperto monetário começou, de fato, a partir de dezembro de 2004.

No entanto, se olharmos para o comportamento dos agregados monetários no período de julho de 2004 a março de 2005, então tiraremos uma conclusão ainda mais surpreendente: *a política monetária foi claramente expansionista*. Com efeito, como mostra a figura 1

abaixo, os agregados monetários M1, M2 e M3 apresentaram uma nítida tendência de elevação no período em consideração. O crescimento dos agregados foi de 13,55% para o M1, 13,71% para M2 e 12,39% para M3, fazendo uma média conjunta de 13,22% no período e de 12,34 % em termos anualizados. Supondo uma relativa estabilidade da velocidade de circulação da moeda e um crescimento de 4% para o produto real, esse ritmo de expansão monetária é compatível com uma inflação de 8% ao ano acima, portanto, do teto da meta de inflação para 2005.



Fonte: Banco Central do Brasil

Como é possível conciliar duas informações aparentemente contraditórias sobre o comportamento da política monetária, a saber: a elevação da taxa real de juros no final de 2004 com a expansão dos agregados monetários a um ritmo claramente incompatível com a obtenção da meta de inflação para 2005?

Ao que tudo indica, a política monetária do governo Lula emite sinais contraditórios. Por um lado, o Copom atua no sentido de aumentar a taxa real de juros com o intuito de desaquecer a economia e assim fazer com que a inflação convirja para a meta de 5,1% para 2005. Por outro, várias medidas de política econômica são tomadas no sentido de expandir a criação de crédito por parte do sistema bancário - como, por exemplo, a autorização para os bancos e instituições não bancárias realizarem

empréstimos consignados em folha – cujo objetivo é aumentar os gastos de consumo e, dessa forma, impedir a queda dos índices de inflação.

O governo Lula tem que decidir o que quer fazer. Se o objetivo primordial da política monetária é reduzir a taxa de inflação para a meta de longo-prazo de 4% ao ano; então as medidas de incentivo a concessão de empréstimos por parte do sistema bancário atuam no sentido de acelerar o ritmo de expansão dos meios de pagamento e, dessa forma, impedem a obtenção desse objetivo. Logo, a decisão natural é eliminar esses incentivos, o que permitiria ao Banco Central alcançar a meta de inflação de longo-prazo com um nível de taxa real de juros mais baixo do que o praticado nos últimos tempos. De outro modo, se o objetivo é estimular os gastos do setor privado para impulsionar o crescimento econômico pelo lado da demanda agregada, então a taxa real de juros deve ser reduzida para patamares mais civilizados. O que não dá para fazer é adotar medidas contraditórias de política econômica.

POLÍTICA FISCAL

A evolução recente da relação dívida/PIB no Brasil

Jedson César de Oliveira*
José Luís Oreiro**

I. Introdução

A elevada dívida pública interna brasileira é considerada por boa parte dos economistas, a principal responsável pelo baixo crescimento econômico observado nos últimos 10 anos por obrigar o governo a reduzir os investimentos públicos em obras de infraestrutura em função da necessidade de geração de altos e crescentes superávits primários como proporção do PIB.

Nos últimos anos temos observado a escalada do crescimento da dívida pública interna brasileira, tanto em termos nominais quanto em termos do PIB, o que acaba por forçar o governo a aumentar os gastos com o pagamento dos juros e, conseqüentemente, a elevar as suas receitas via aumento da carga tributária, além de obrigá-lo a gerar um superávit primário elevado com o objetivo de, pelo menos, estabilizar a dívida como proporção do PIB.

Nesse contexto, uma questão que se coloca imediatamente para aqueles preocupados com a trajetória da dívida pública brasileira é a *sustentabilidade* da mesma. O conceito de *sustentabilidade* não envolve apenas a dimensão econômica – na qual a dívida é sustentável se o valor presente das receitas futuras do governo for igual ou maior do que o valor presente das suas despesas futuras previstas mais o estoque atual da dívida do governo – mas também as dimensões social e política, conforme salientado recentemente pelo *Fundo Monetário Internacional*².

Desde 1999, o governo brasileiro vem sendo bem sucedido na tarefa de gerar altos e crescentes superávits primários como proporção do PIB. No entanto, os mesmos tem sido obtidos às custas de uma redução sem precedentes na história recente do Brasil do investimento público em obras de infraestrutura, comprometendo a capacidade de crescimento de longo-prazo da economia brasileira. Além disso, os superávits primários gerados desde 1999, apesar de elevados e crescentes, não têm se mostrado suficientes no que se refere à tarefa de obter uma redução significativa e consistente da dívida pública como

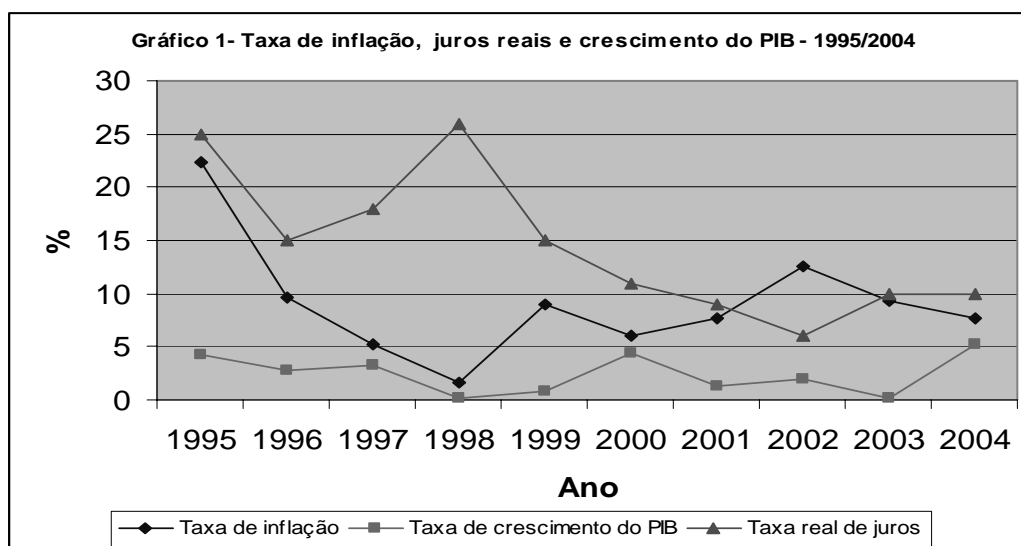
* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: jecoli@sociais.ufpr.br

** Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: joreiro@ufpr.br

proporção do PIB. Por fim, deve-se ressaltar que a capacidade do governo brasileiro de implementar políticas sociais com vistas à redução da desigualdade e da pobreza se vê fortemente comprometida pelo cenário atual de constrangimento fiscal.

II. Histórico da dívida/PIB (1995-2004)

Fazendo uma análise a partir de meados da década de 90, observamos que a rápida redução da inflação a partir da implementação do Plano Real não levou a um crescimento econômico mais alto em termos médios, como podemos ver no gráfico 1. Se a estabilidade de preços permitiu um maior planejamento e previsibilidade dos negócios; por outro lado, a resistência do governo em equilibrar as finanças públicas a partir de um superávit primário compatível com a estabilidade da dívida/PIB, trouxe graves conseqüências econômicas para o país devido ao drástico aumento da dívida, o que acabou comprometendo o futuro de uma geração inteira de brasileiros que não tiveram a oportunidade de ver crescer esse país.

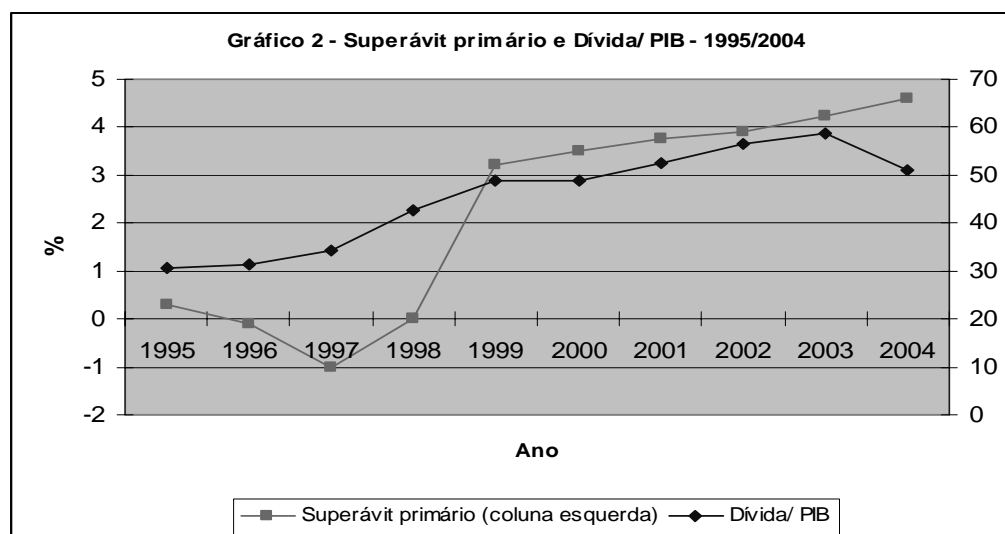


Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

A falta de um superávit primário que equilibrasse as finanças públicas, em conjunto com a manutenção da taxa real de juros em patamares elevadíssimos, teve grande influência no crescimento da dívida/PIB a partir de 1995, como podemos observar no gráfico 2. De

²INTERNATIONAL MONETARY FUND (2002). *Assessing Sustainability*. Washington. Disponível em <http://www.imf.org/external/np/pdr/sus/2002/eng/052802.pdf>.

acordo com Goldfajn³, se o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse obtido superávits primários de 3,5% do PIB desde o primeiro mandato, a dívida como proporção do PIB seria de aproximadamente 28%, e não 56,5% no início de 2002.

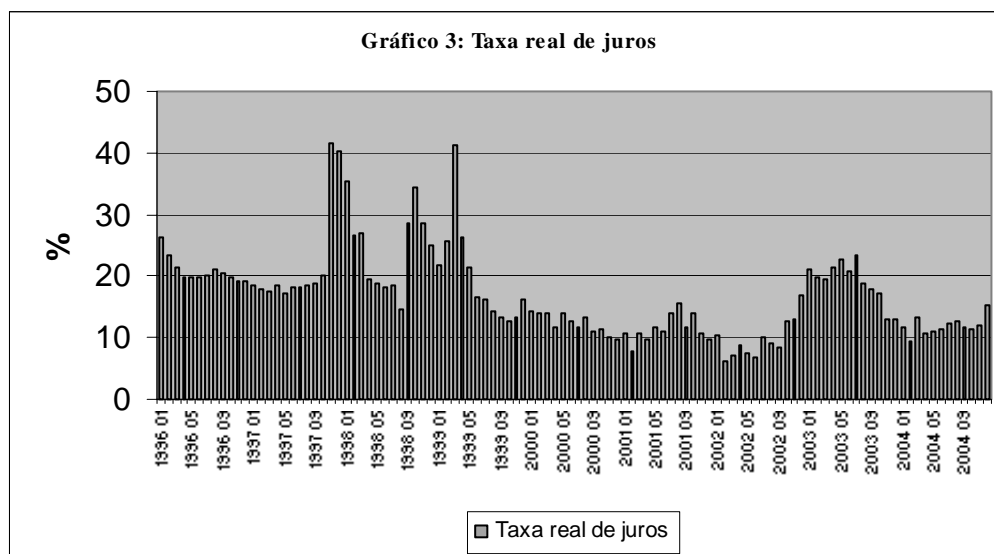


Fonte: Banco Central do Brasil

Um outro fator que impulsionou o crescimento da dívida pública como proporção do PIB nos últimos 10 anos foi a política de manutenção de elevadas taxas reais de juros. Até janeiro de 1999, essa política se justificava pela necessidade de manter o regime de câmbio fixo. Com a mudança do regime cambial ocorrida nesse momento, esperava-se que a taxa real de juros pudesse cair para patamares mais civilizados, o que contribuiria enormemente – junto com a geração de superávits primários expressivos – para a redução da dívida como proporção do PIB.

Apesar da redução observada da taxa real de juros após a mudança do regime cambial (ver gráfico 3), a mesma se manteve em patamares superiores a 9% real ao ano, inviabilizando a retomada do crescimento da economia brasileira a taxas de 4 a 5% ao ano e, dessa forma, tornando inócua a política de geração de altos e crescentes superávits primários.

³ Goldfajn, I. (2002). *Há razões para duvidar de que a dívida pública no Brasil é sustentável?* Nota técnica nº 25, Brasília: Banco Central do Brasil.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos Autores.

Com efeito, a obtenção de crescimento econômico sustentado a taxas de 4 a 5 % ao ano, o que não ocorre a quase três décadas, geraria um círculo virtuoso que permitiria a redução da razão dívida/PIB e, como conseqüência, os gastos com o pagamento de juros, melhorar a infra-estrutura e o atendimento aos serviços públicos e reduzir e simplificar o recolhimento de impostos, tornando a economia brasileira mais forte e competitiva no cenário internacional, inclusive a partir da implantação dos acordos de livre comércio em debate⁴.

No que diz respeito à condução da política econômica e a sua relação com a dívida/PIB no governo do presidente Lula, algumas considerações devem ser feitas. Em dezembro de 2002 a dívida como proporção do PIB estava em 56,5%. Após a posse do presidente Lula, observou-se a continuidade da política de juros altos para permitir a redução da inflação com impacto importante sobre o crescimento do PIB, que fechou o ano de 2003 em 0,2%, ou seja, a segunda pior taxa de crescimento da economia dos últimos 10 anos (ver Gráfico 1).

Esse aperto da política monetária foi a principal responsável pela elevação da dívida/PIB para 58,7% em 2003 - apesar da elevação do superávit primário efetivo de 3,87% para 4,37% do PIB e, como conseqüência, aumentou as despesas com juros da dívida interna de R\$ 97 bilhões para R\$ 126 bilhões em 2003.

O ano de 2004 foi marcado, pela primeira vez desde 1994, como aquele em que a relação dívida / PIB recuou, alcançando 51,8% em dezembro, ou seja, uma queda de 6,9 p.p. em relação ao ano anterior. Essa melhora se deve principalmente à redução da taxa real de juros, ao maior crescimento da economia (5,2% do PIB contra 0,2% do PIB em 2003), à apreciação cambial e redução do percentual indexado ao câmbio e à elevação do superávit primário para 4,5% do PIB. Como conseqüência da redução do endividamento público, observou-se também uma relativa estabilização da carga tributária, diferentemente dos anos anteriores, onde a necessidade de financiamento da dívida obrigava o governo a elevar a carga tributária ano a ano.

A busca, a nosso ver, insensata de uma rápida redução da inflação pelo Banco Central tem gerado um crescimento econômico abaixo do potencial no caso brasileiro, implicando em um crescimento acelerado do endividamento público e, conseqüentemente, na necessidade de aumento das receitas via elevação da carga tributária.

A condução da política econômica tem se mostrado ineficiente com relação à gestão da dívida brasileira na medida em que estabelece objetivos contraditórios entre a redução acelerada da inflação e redução do nível de endividamento. A contradição está no fato de que os preços de uma série de bens e serviços no Brasil são corrigidos por contratos indexados ao IGP-DI e, portanto, não sofrem impacto no curto prazo da elevação da taxa de juros.

Se o Banco Central resolve elevar a taxa nominal de juros para conter um aumento na expectativa de inflação é necessário que esse aumento seja ainda maior para que a queda nos preços livres compense a rigidez dos preços administrados. Sendo assim, um aperto na política monetária terá um impacto importante sobre a dívida/PIB, dificultando a sua redução.

Seria mais racional neste momento aproveitar a oportunidade aberta pelas melhores condições econômicas internas e externas e buscar um maior crescimento do PIB sem perder o controle da inflação, alcançando, desta forma, a redução da relação da dívida/PIB e os benefícios que ela traz como a redução dos gastos com o pagamento de juros, maior capacidade de investimento em infra-estrutura, redução da carga tributária e etc.

⁴ A esse respeito ver Oreiro, J.L.; Sicsú, J; Paula, L.F (2003). “Controle da Dívida Pública e Política Fiscal: uma alternativa para um crescimento auto-sustentado” da economia brasileira” in Sicsú, J; Oreiro, J.L; Paula, L.F. (2003). *Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços*. Manole: Barueri.

III. Projeções para o biênio 2005-2006

Utilizando a equação em diferenças finita explicitada em anexo, faremos a seguir um exercício de simulação considerando a possibilidade de mudanças nos valores das principais variáveis que determinam o comportamento da dívida como proporção do PIB e, assim, determinar, ao nosso juízo, as melhores decisões no sentido de reduzir o endividamento e permitir a retomada do crescimento econômico.

Adotaremos três cenários para a relação dívida/PIB⁵ como possíveis: o Básico, o Otimista e o Pessimista com os seguintes valores para as variáveis:

Tabela 1. Valores Assumidos nos Exercícios de Simulação.

Variáveis	Cenário Básico		Cenário Otimista		Cenário Pessimista	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Π	0,06	0,05	0,08	0,08	0,051	0,04
G	0,04	0,04	0,06	0,06	0,023	0,023
D	-0,0425	-0,0425	-0,05	-0,05	-0,03	-0,03
R	0,12	0,12	0,05	0,05	0,14	0,14
\hat{E}	0,06	0,06	0,09	0,09	0,10	0,10
H	0,15	0,15	0,09	0,09	0,09	0,09

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Onde π é a taxa de inflação, g é a taxa de crescimento da economia, d é o déficit primário (- superávit), r é a taxa real de juros, \hat{E} é a expectativa de desvalorização taxa de câmbio nominal e h é a proporção da dívida indexada ao câmbio. O ponto de referência para a dívida/ PIB (b) é o do mês de dezembro de 2004, no qual a dívida como proporção do PIB alcançou 51,8 %.

No cenário Básico, os valores das variáveis acima listadas levam em consideração as expectativas médias das instituições públicas e privadas para o ano de 2005 e 2006, tendo como fundamento a continuidade do atual *mix* de política monetária e fiscal; ou seja, a manutenção de uma política monetária apertada (expressa por taxas de juros reais superiores a 11% a.a.) em conjunto com uma política fiscal relativamente apertada (expressa pela manutenção do superávit primário em torno de 4.25% do PIB). A nosso juízo trata-se do cenário mais provável em função das condições prevaletentes no quadro político brasileiro. Nesse cenário a dívida aumenta para 52,3% do PIB em 2005 e para 52,9% em 2006. Deve-se

⁵ Os valores esperados são os da Dívida Líquida Total do Setor Público, que contempla os três níveis de governo, o Banco Central e empresas estatais.

ressaltar que o resultado da simulação para o ano de 2005 está em conformidade com as previsões do governo.

No cenário otimista supomos uma mudança do *mix* de política monetária e fiscal por parte do governo Lula. A idéia básica subjacente a esse cenário é que o governo resolve endurecer o ajuste fiscal, aumentando o superávit primário para 5% do PIB, ao mesmo tempo em que relaxa a política monetária ao se conformar com uma *meta de inflação* mais alta para os anos de 2005 e 2006 (8% ao ano), permitindo assim uma rápida redução da taxa real de juros para um patamar de 5% ao ano em termos reais e uma aceleração do crescimento econômico. O resultado da simulação mostra uma dívida diminuindo para 47,3% do PIB em 2005 e para 42,8% em 2006. Esse cenário, embora o mais desejável do ponto de vista econômico e social, é ao nosso juízo, pouco provável em função da preferência revelada pela atual diretoria do Banco Central – com o apoio do Ministro da Fazenda - em obter taxas anuais de inflação da ordem de 4% ao ano a médio e longo-prazo.

No cenário pessimista ocorre uma combinação perversa de política monetária ainda mais apertada do que a atual em conjunto com uma política fiscal frouxa. Nesse cenário estamos supondo que o governo cede as pressões por aumento de gastos tendo em vista a reeleição do presidente Lula em 2006, reduzindo assim o superávit primário para 3% do PIB. Deve-se ressaltar que essa redução pode ser feita de forma implícita, por exemplo por intermédio da exclusão dos gastos de investimento em obras de infra-estrutura do cálculo da meta de superávit primário. Por outro lado, estamos supondo que o Banco Central reage a essa expansão fiscal, elevando a taxa real de juros para patamares ainda mais elevados, com o intuito de obter uma meta de inflação de 4 % em 2006.

De acordo com os valores definidos para o cenário pessimista, temos um rápido crescimento do nível de endividamento público para 55,4% do PIB em 2005 e 59,4% em 2006, sinalizando uma explosão da dívida como proporção do PIB em um curto espaço de tempo.

IV. Conclusões

Diante dos três cenários esboçados, pode-se notar - tanto no cenário básico quanto no pessimista - uma tendência crescente da dívida como proporção do PIB, contrariando as expectativas de redução pelo governo, o que levaria a uma piora na expectativa de recuperação da economia, com possíveis desdobramentos negativos sobre o produto, emprego e renda.

Como temos observado, essa estratégia de política econômica de controle rígido da inflação, desde meados dos anos 90, tem provocado uma elevação brusca do nível de endividamento público e crescimento abaixo do potencial da economia brasileira.

É chegado o momento de colocar em questão se a sociedade brasileira deseja uma taxa de inflação muito baixa, como a dos países do primeiro mundo, e um crescimento medíocre da economia, como observado nas últimas três décadas, ou se é possível convivermos com uma taxa de inflação baixa para os padrões de países em desenvolvimento e um crescimento econômico que contemple a maioria das reivindicações da população. O benefício de uma inflação muito baixa tem se provado aquém de seu custo.

É preciso ressaltar que a defesa por uma inflação moderada não é permanente. A redução da razão dívida/ PIB permitiria a diminuição dos gastos com juros e da carga tributária, o que possibilitaria reduzir a inflação a patamares semelhantes à de países em desenvolvimento. Diante desse quadro de melhora das expectativas, espera-se uma melhora no *rating* da economia brasileira pelas agências de classificação de risco e maior atração de capitais estrangeiros de investimento tão importantes ao nosso crescimento.

O objetivo pretendido neste exercício de simulação foi analisar os possíveis desdobramentos de uma mudança no *mix* da política econômica para alcançar um crescimento do produto maior do que aquele esperado pela média das instituições públicas e privadas. De acordo com os resultados alcançados, ao abrir mão de uma inflação muito baixa no curto prazo, o governo viabiliza a redução da dívida pública interna como proporção do PIB, recupera sua capacidade de investir e inicia o tão esperado “espetáculo do crescimento” anunciado pelo Presidente Lula.

Anexo

A evolução no tempo da dívida pública brasileira como proporção do PIB real é modelada com base na seguinte equação em diferenças finitas:

$$b_{t+1} = \left[\frac{1}{(1 + \pi)(1 + g)} \right] d + \left[\frac{1 + r}{1 + g} \right] b_t + \left[\frac{\hat{E} h b_t}{(1 + \pi)(1 + g)} \right] \quad (1)$$

onde b_t : é a dívida pública com respeito ao PIB real no período t ;

π : é a taxa de inflação;

\hat{E} : é a taxa de desvalorização do câmbio nominal;

g : é a taxa de crescimento do PIB real;

r : é a taxa real de juros;

d : é o déficit (- superávit) primário com respeito ao PIB;

h : é a proporção da dívida indexada pela variação do câmbio nominal.

Essa equação pode ser derivada da seguinte maneira:

O estoque total da dívida pública (B) no período $t+1$ é dado por:

$$B_{t+1} = B_t + iB_t + h\hat{E}B_t + (G_t - T_t) \quad (2)$$

onde $(G_t - T_t)$ é o déficit (- superávit) primário do governo.

Na equação (2), considera-se a especificidade do caso brasileiro de que uma fração h do estoque total da dívida do governo tem seu valor nominal ajustado de acordo com as variações da taxa de câmbio. Dessa forma, toda depreciação do câmbio gera um ganho de capital para os detentores de títulos públicos juntamente aos rendimentos obtidos na forma de juros sobre o estoque total de títulos públicos do governo.

Supondo previsão perfeita dos agentes econômicos de forma que a taxa nominal de juros, pela identidade de Fisher, pode ser expressa pela seguinte equação:

$$(1 + i) = (1 + r)(1 + \pi) \quad (3)$$

Substituindo (3) em (2) e dividindo-se a equação resultante por $P_{t+1}Y_{t+1}$ (onde P_{t+1} é o nível geral de preços no período $t+1$ e Y_{t+1} é o PIB real no período $t+1$) tem-se:

$$b_{t+1} = \frac{(G_t - T_t)}{P_t(1 + \pi)Y_t(1 + g)} + \frac{(1 + r)}{(1 + g)} \frac{B_t}{P_t(1 + \pi)Y_t(1 + g)} + \frac{h\hat{E}B_t}{P_t(1 + \pi)Y_t(1 + g)} \quad (4)$$

Na equação (4) foi feito uso das relações $P_{t+1} = (1 + \pi)P_t$ e $Y_{t+1} = (1 + g)Y_t$.

Para chegar à equação (1) a partir da equação (4) basta definir $b_t = \frac{B}{P_t Y_t}$ e

$$d_t = \frac{(G_t - T_t)}{P_t Y_t}.$$

ECONOMIA PARANAENSE

A indústria do Paraná e as perspectivas para a manutenção do crescimento econômico

*Gustavo Inácio de Moraes**

O ano de 2004 foi marcado por um bom momento da economia brasileira, a despeito das indefinições estruturais que ainda rondam as decisões econômicas cruciais, como maturação dos investimentos e a solidez das políticas do setor público. Contudo, a perspectiva de crescimento mantém-se para o ano de 2005 e o setor industrial provavelmente permanecerá como o setor chave para o resultado final.

Esta liderança deve-se em parte aos méritos próprios do segmento industrial, mas também ao momento delicado que atravessa o setor agropecuário, com o registro de quebras de produção nas principais culturas. Cabe destacar que o crescimento da indústria está se mantendo na presença de fatores negativos, como a política monetária mais restritiva adotada pelo banco central desde meados de 2004 e a constante perda de rendimento real registrada pelo trabalhador com carteira assinada. Neste sentido uma desaceleração é natural e vem sendo apontada nos últimos meses pelos principais órgãos industriais brasileiros.

A indústria paranaense destaca-se neste ciclo de crescimento por obter resultados acima dos registrados pela média nacional e por outras regiões importantes economicamente. Entretanto, os resultados recentes apontam para uma heterogeneidade do desempenho setorial paranaense. Nossa preocupação aqui é destacar, dentro da realidade recente paranaense, quais os setores que supostamente estariam sendo mais atingidos pelas dificuldades apresentadas e, adicionalmente, comparar tal desempenho com outras regiões brasileiras.

No tocante à comparação com outras regiões percebemos um efeito desacelerador mais intenso no estado do Paraná (Tabela 1). Parte da desaceleração registrada nos últimos três meses, com relação aos três meses anteriores, deve-se aos excelentes números registrados no trimestre anterior, ou seja, uma excelente base de comparação (por sinal, o melhor nível desde 1991). Este período é o que garante a liderança do Estado se o critério de avaliação referir-se aos últimos seis meses e o excelente desempenho nos últimos 12 meses. Dessa forma, o comportamento da indústria mostra uma elevada volatilidade.

* Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Endereço eletrônico: gustavoim@yahoo.com.br

Tabela 1. Comparação do crescimento médio da indústria geral em estados selecionados

Crescimento Médio	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul
12 meses	9,8%	12,0%	6,9%	2,8%	5,8%
6 meses	9,2%	4,3%	3,7%	-1,6%	-2,7%
3 meses	0,9%	3,9%	2,1%	-2,6%	0,3%

* Obs. Ajuste Sazonal Próprio com dados até Fevereiro de 2005.

Fonte: IBGE

Ao realizar um corte setorial (Tabela 2) algumas outras particularidades surgem no comportamento da indústria paranaense. O setor de máquinas e equipamentos ainda apresenta um bom ritmo de crescimento, embora a política monetária mais restritiva devesse manifestar-se com mais intensidade justamente nesse setor. A razão para isso reside no fato de ser este um setor que reflete em suas encomendas a intenção de investimento geral da economia, sendo a elevação do juro real diretamente prejudicial. Também se destaca o setor automotivo, que observa o maior crescimento industrial do estado do Paraná. Neste Estado, parte da produção é direcionada ao mercado externo justificando não apenas o forte ritmo, mas também a sua manutenção. Outro setor a ser destacado é o de mineração, que viveu crise em período recente no Estado, e constata recuperação nos seus depreciados índices em ritmo forte e intenso.

Por outro lado, nos setores de madeira e de celulose nota-se queda no ritmo produtivo que acaba comprometendo o desempenho da indústria geral, dada a importante participação desses setores na produção paranaense. O setor químico também constata quedas representativas nos últimos meses, considerados o ajuste sazonal, em especial no mês de janeiro de 2005, quando foram registrados níveis baixos de produção, comparáveis em números absolutos aos de nove anos atrás. Desse modo, percebe-se a heterogeneidade de desempenhos na indústria paranaense na realização de um corte setorial. Esta heterogeneidade não é exclusividade do Paraná, sendo, entretanto mais forte do que em outras regiões de relevância industrial.

Tabela 2. Comparação do crescimento médio de setores industriais selecionados no estado do Paraná.

Crescimento Médio	Alimentos	Madeira	Celulose	Máq., Aparelhos e Materiais Elétricos	Veículos Automotores
12 meses	4,1%	13,1%	4,3%	-2,4%	52,7%
6 meses	4,2%	-6,7%	-1,7%	-6,2%	15,6%
3 meses	7,1%	-7,4%	-2,6%	8,6%	15,2%

* Obs. Ajuste Sazonal Próprio com dados até Fevereiro de 2005.

Fonte: IBGE

A perspectiva de manutenção do crescimento da indústria no Paraná está, pois, ligada à sensibilidade dos setores que estão neste momento liderando o crescimento estadual à política de juros mais restritiva e a um ambiente de maior incerteza sobre as condições macroeconômicas para a manutenção do ciclo de crescimento econômico. Estas incertezas afetam, sobretudo as intenções de investimento e de formação de estoques por parte do varejo e, portanto, constitui-se fator chave entender o que se passará com esses indicadores para determinar o ritmo da indústria nos próximos meses.

De toda forma a indústria ainda será o setor responsável pelo crescimento neste ano de 2005 e poderá continuar exercendo este papel durante muitos anos no estado do Paraná, ainda que a agropecuária continue a ter sua importância.

SETOR EXTERNO E ECONOMIA INTERNACIONAL

As boas novas do front externo

*Nilson de Paula**
*Paulo Mello Garcias***

A economia brasileira iniciou o presente ano celebrando elevados índices de desempenho registrados ao longo de 2004, os quais resultaram num ganho de 10% na participação do Brasil nas exportações mundiais. Entretanto, algumas suspeitas de que a história poderia não se repetir neste ano foram amplamente veiculadas com base em restrições da capacidade instalada e um certo receio dos empresários para aumentar investimentos tendo em vista a manutenção da política de juros do Banco Central. Apesar disso, o *front* externo da economia revelou evidências contrastantes a esta avaliação, alimentando perspectivas bastante otimistas para os próximos meses, a ponto de levar o governo a projetar um aumento das exportações totais de 2005 de US\$ 108 bilhões para US\$ 112. Os efeitos desse aumento das exportações sobre o conjunto da economia é algo a ser ainda avaliado, embora algumas análises já indiquem que o crescimento do PIB possa recompor uma trajetória ascendente estimulada pela demanda externa, tendo em vista estimativas de apenas 0,8% comparado ao último trimestre de 2004.

No tocante ao comércio externo, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), a economia brasileira apresentou no primeiro bimestre de 2005 um saldo em sua balança comercial 40% superior ao obtido em igual período de 2004. Para tanto, houve um aumento também expressivo nas exportações (31,9%) e nas importações (28,4%).

Ao se comparar os períodos sucessivos de 12 meses, o saldo da balança comercial revelou um aumento de 74,3% entre março de 2003 e fevereiro de 2004, bastante superior aos 34,6% registrados no período subsequente (março de 2004 a fevereiro de 2005). Essa evolução mais acentuada no período anterior foi certamente uma decorrência da alta desvalorização do Real frente ao Dólar e do quadro de instabilidade associado a um fraco desempenho da economia como um todo. Assim é que as exportações cresceram apenas 19,6% e as importações 2,4% em relação ao acumulado dos 12 meses anteriores. Já comparando o período de março/2004 - fevereiro/2005 com os doze meses subsequentes

* Doutor em Economia pela University College London. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: nilson@ufpr.br

(março/2003 - fevereiro/2004) percebe-se um significativo crescimento da ordem de 34% nas exportações e 33,5% nas importações.

A evolução das exportações brasileiras nos primeiros meses de 2005 tem sido surpreendente, tendo em vista as condições desfavoráveis do câmbio e as perspectivas de uma redução do ritmo de crescimento da economia. Os sinais de enfraquecimento da moeda norte-americana neste início de ano, emitidos pela posição deficitária dos EUA, tanto no terreno fiscal quanto nas contas externas, mostraram que o caminho para um reequilíbrio cambial estava nas decisões de política econômica daquele país. Entretanto, isso não eliminou um persistente questionamento por parte de exportadores brasileiros a respeito da condução da política cambial, prevendo perdas no desempenho das exportações.

Simultaneamente, a valorização cambial acabou por alimentar expectativas menos otimistas a respeito do crescimento do PIB, já sob pressão em vista da continuidade da política de elevação da taxa básica de juros para ajustar a variação de preços em torno da meta de inflação. De qualquer forma, o comportamento do câmbio no futuro próximo já não estará tão influenciado pela presença do Banco Central através de leilões visando recompor reservas, como se observou durante os últimos meses. Finalmente a decisão do *Federal Reserve* (Fed) de elevar ou não a taxa de juros nos EUA, dependendo do nível de aquecimento daquela economia, poderá causar um refluxo de capital naquela direção suavizando, portanto, a tendência de perda de valor do Dólar no mercado mundial e conseqüentemente no Brasil.

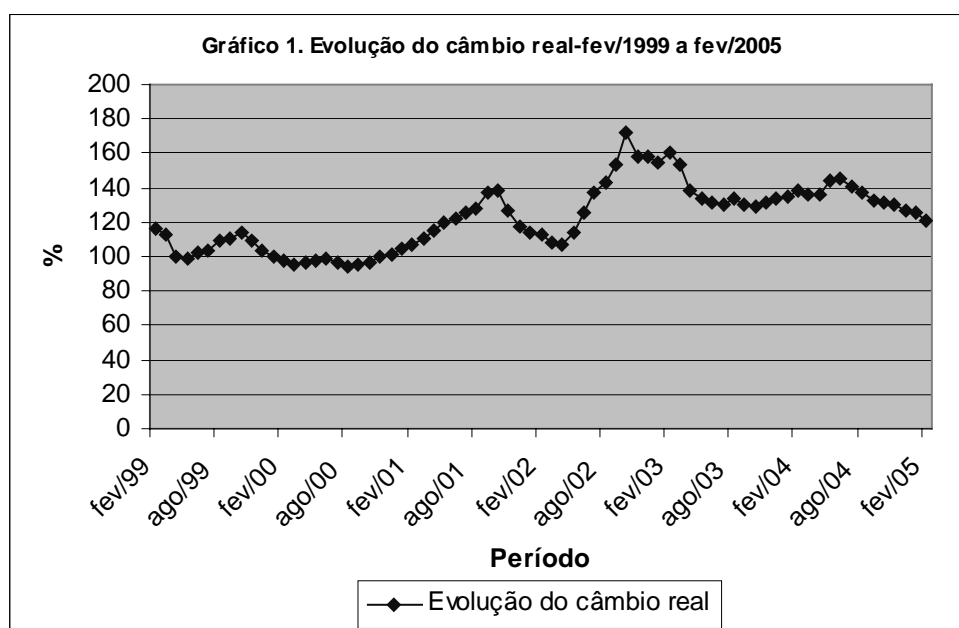
Essa combinação, a princípio estranha, entre aumento das exportações e valorização cambial encontra suporte em vários aspectos. Primeiramente, deve ser destacado, como analisado posteriormente, que a maior parte das exportações realizadas nesse período é de produtos manufaturados menos vulneráveis às variações cambiais do que as *commodities*. Muitas empresas conseguiram preços mais elevados para seus produtos, assim como foram capazes de transferir para os preços finais o aumento de custo causado pelo encarecimento do aço. Além disso, algumas indústrias envolvidas em atividades globalizadas, foram beneficiadas pela desvalorização do Dólar, permitindo um barateamento da importação de insumos e produtos semi-acabados.

Em segundo lugar, muitos produtos foram beneficiados por aumentos de preços no mercado internacional possibilitando assim uma compensação direta às perdas provocadas pela desvalorização do Dólar. Finalmente, embora em menor dimensão, supõe-se que

** Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: paulomg@ufpr.br

contratos de longo prazo para exportação de produtos manufaturados permitem evitar as oscilações recentes. De qualquer forma, chama atenção o fato da economia brasileira ter registrado um desempenho extremamente positivo nas relações comerciais quando o câmbio ainda padece de uma valorização inconveniente do ponto de vista das exportações.

Por outro lado, é preciso considerar que a valorização do Real no primeiro trimestre de 2005 não foi suficiente para superar a taxa de câmbio real de fevereiro de 1999, quando houve a flexibilização do regime cambial atual, o qual ainda se encontra acima da referência daquele momento em que houve um ajuste de acordo com as condições de mercado.



Fonte: Banco Central do Brasil

Do ponto de vista da estrutura das exportações, atenção deve ser dada à evolução mais acentuada entre os produtos manufaturados, cujo peso na pauta de produtos passou de uma média de 54,8% em fevereiro de 2004 para 58,5% no mesmo mês de 2005. Desde 1980 os produtos básicos passaram a ocupar a menor parcela das exportações brasileiras, com percentuais abaixo de 40% do total. Menção deve ser feita ao período de 2000 a 2004, quando os produtos básicos, mesmo mantendo um percentual menor, aumentaram sua participação de 23% para 30%. Isso foi nitidamente determinado pelo comportamento da taxa de câmbio nesse período de quatro anos. Da mesma forma, comparado ao primeiro período de 2004, esses produtos apresentaram um crescimento de 39,7%, os produtos básicos 3,4% e os semimanufaturados, 31,6%. Essa diferença pode ser observada também através dos índices de preços de *quantum* das exportações para a mesma base de comparação.

Tabela 1. Variação dos índices de preço e *quantum*

	Preço	<i>Quantum</i>
Exportações totais	10,1	19,6
Produtos Básicos	4,5	3,1
Produtos Semimanufaturados	19,0	7,4
Produtos Manufaturados	11,1	30,2

Fonte: MDIC

Essa diferença entre produtos industrializados e *commodities* pode ser diminuída, na medida em que se considerem as exportações resultantes da safra agrícola que ocorrem mais intensamente após o mês de abril. Isso já pode ser observado na comparação das médias até a 2ª semana de abril/2005 com as de abril/2004, registrando um crescimento nas categorias semimanufaturados com aumento de 93,6%, básicos com aumento de 56,3%, (principalmente em função de petróleo em bruto, algodão em bruto, minério de ferro, carne suína, bovina e de frango, café em grão e soja em grão) e manufaturados cujo aumento foi menor (38,4%).

Ao se comparar os dados de abril/2005 com março/2005 observa-se que o crescimento das exportações de produtos básicos (43,1%) chegando a US\$ 148,3 milhões, superou o de semimanufaturados (19,3% com US\$ 76,5 milhões) e de manufaturados (7,6%), cujo valor nominal ainda está acima dos demais (US\$ 263,4 milhões).

Ao se considerar o período de 12 meses, entre março de 2003 e fevereiro de 2004 e março de 2004 e fevereiro de 2005, percebe-se ainda uma superioridade dos produtos manufaturados, embora a diferença em relação aos demais produtos seja bem menor. A evolução dos produtos manufaturados foi de 38% enquanto os básicos e os semimanufaturados aumentaram em 30,5% e 26,2%, respectivamente. Se essa diferença por um lado caracteriza uma clara diversificação da pauta exportadora, por outro isso não significa que o desempenho do agronegócio no mercado externo seja menos importante.

Muitos produtos oriundos da agropecuária são processados e, portanto, se encaixam na categoria de manufaturados ou semimanufaturados. Destaca-se nesse sentido açúcar e álcool com crescimento de 77,6%, madeiras processadas de 36,4%, papel e celulose de 39,3%, sucos de frutas de 206,5%, entre fevereiro de 2004 e de 2005 (MDIC).

Um aspecto relevante quanto aos produtos manufaturados está relacionado à sua ampla diversificação, envolvendo itens sofisticados da indústria automotiva como autopeças, carros, veículos de carga, chassis com motor, automóveis, tratores, indústria eletro-eletrônica como receptores/transmissores, telefones, transformadores, bombas e compressores, circuitos integrados, turbinas e aparelhos hidráulicos, conjuntos eletrônicos, além de aviões, veículos de linha férrea, etc. Essa diversificação sinaliza para uma inserção diferente da indústria brasileira

e revela uma mudança no espectro de competências da economia, na medida em que setores até recentemente restritos ao mercado doméstico têm expandido suas vendas em diferentes direções do mercado mundial.

Um último aspecto referente ao desempenho das exportações diz respeito à diversificação do mercado comprador e às tendências da economia mundial. Assim, a maior amplitude da pauta de produtos ocorre simultaneamente ao fato de que as exportações brasileiras se destinam a um grupo mais diverso de países, tanto em termos numéricos quanto em termos do grau de desenvolvimento. Isso é significativo por sugerir uma menor dependência de mercados concentrados na Europa e Estados Unidos.

O maior crescimento das exportações, especialmente de produtos manufaturados, se deu nas vendas a compradores do Oriente Médio, Europa Oriental, Caribe e África, até então tidos como mercados não tradicionais. Assim, com base no ano de 2004, o crescimento das exportações brasileiras se deu mais intensamente entre os países da América Latina, com destaque para a Argentina, cujo crescimento foi de 62%, certamente impulsionado pela recuperação econômica.

Tabela 2- Crescimento das Exportações segundo as regiões de destino no ano de 2004

Regiões	Varição - %
Mercosul	57,1
Aladi	48,8
África	48,4
Oriente Médio	31,4
União Européia	30,9
Ásia	24,7
Europa Oriental	22,7
Estados Unidos	20,4
Total	32,0

Fonte: MDIC

Paralelamente a esse processo de diversificação das exportações deve ser destacado que as vendas para os Estados Unidos apresentaram uma ligeira recuperação no primeiro trimestre de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, com um crescimento de 36,2%, acima de 27,8% do total. A reativação da economia norte-americana com o adiamento de decisões de elevação dos juros, ante um cenário de inflação e de déficit externo, ainda dentro de limites aceitáveis, pode retardar aquele processo reafirmando, portanto, o grande peso que o mercado daquele país tem para as exportações brasileiras. Por outro lado, a demanda de mercados tradicionais da Europa e China, especialmente por *commodities*, revelou-se pouco dinâmica no primeiro trimestre de 2005, com aumentos de 13,5% e 0,6%, respectivamente, comparado ao mesmo período de 2004.

Por outro lado, os ganhos obtidos pelo Brasil no mercado externo devem ser vistos no contexto de uma expansão ocorrida em várias regiões. Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o ano de 2004 foi excepcional para o conjunto dos países em desenvolvimento, tendo sua participação no comércio internacional aumentada para 31%, o nível mais alto desde 1950.

O comportamento das exportações brasileiras durante o ano de 2005, entretanto, pode não confirmar a tendência registrada ao longo dos três primeiros meses, tendo em vista as perspectivas da economia mundial. Segundo estimativas, o ritmo de crescimento de 3,5% verificado no primeiro trimestre deste ano, propício a aumentos de preços das exportações, pode sofrer uma desaceleração no futuro imediato, causando um impacto direto sobre o comércio mundial. Essa previsão pode ser o resultado direto do aumento do preço do petróleo e da possibilidade de aumento dos juros.

Mais ainda, embora o crescimento do comércio mundial em 2004 e início de 2005 tenham sido bastante positivos, prevê-se uma desaceleração do seu ritmo de crescimento de 9% para 6,5% em 2005. Essas são previsões da OMC, segundo as quais o crescimento do comércio mundial deverá diminuir pela primeira vez, após 2001.

Simultaneamente, a economia mundial deverá diminuir seu ritmo de crescimento em 2005, a partir da desaceleração mais visível nas economias dos estados Unidos crescendo 3,6% ao contrário de 4% inicialmente previstos, e da zona do Euro com 1,6% e não mais 2,2%. As incertezas derivadas desse cenário podem estar indicando uma reversão de tendências no comércio mundial, especialmente para os países emergentes. Sendo assim, o principal desafio para a economia brasileira no *front* externo está justamente em aumentar ganhos de produtividade e em diversificar o leque de parceiros comerciais, em particular na exportação de produtos industrializados. Todavia, é preciso levar em consideração as previsões de redução da taxa de crescimento da economia brasileira para este ano a partir da propagação das condições macroeconômicas desfavoráveis ao aumento dos investimentos. Mesmo diante desse cenário, é possível que as exportações continuem expandindo como resultado de ganhos de produtividade e das conquistas de novos parceiros comerciais, em particular no comércio de produtos industrializados.

ECONOMIA E TECNOLOGIA

Uma análise de mudança tecnológica sob o enfoque conjuntural

Walter Shima*
Armando João Dalla Costa**
Bruno Reinoso Hybner***

Não são necessárias maiores discussões para entender que tratar do desenvolvimento tecnológico numa perspectiva conjuntural implica alguma criatividade. Mudança tecnológica por definição é mudança estrutural. Nesse sentido, ao contrário do que é a análise da conjuntura macroeconômica (da política fiscal, política monetária e macro aberta), da economia paranaense e do crescimento da produção industrial, o tema tecnologia nesse boletim adotará uma perspectiva de, a cada edição, discutir o comportamento de alguns indicadores tecnológicos fundamentados em séries históricas significativas. Portanto, a cada edição, o boletim trará uma discussão sobre o movimento estrutural de alguns indicadores do desenvolvimento tecnológico da economia brasileira e, na medida da disponibilidade dos dados, da economia paranaense.

Cabe uma questão inicial. Em que medida, ao longo dos últimos 25 anos de mudança de paradigma tecnológico, o país alterou positivamente sua capacidade de agregar valor a partir de setores da economia produtores de tecnologia? Em outros termos, o país, ao longo desse período, foi capaz de produzir mais riqueza a partir do desenvolvimento tecnológico? Uma medida que se coloca aqui para a análise é a do Valor de Transformação Industrial (VTI)⁶ para a década de 80 e do Valor Adicionado (VA)⁷ para a década de 90.

Para essa análise é importante adotar os conceitos de Pavitt (2003) de setores *Science-based* (SB) e *Supplier-dominated* (SD). Os primeiros seriam aqueles que produzem tecnologias e as difundem para os demais setores. São aqueles setores que determinam as trajetórias

* Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: waltershima@ufpr.br

** Doutor em Economia pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: ajdcosta@ufpr.br

*** Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista do Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: bru_reinoso@yahoo.com.br

⁶ VTI = conceito definido pelo IBGE que mede a diferença entre o valor bruto da produção industrial (VBPI) menos os custos de operações industriais (COI), onde VBPI é a totalidade das transferências com vendas e estoques e COI são os custos com matéria-prima, combustível, energia, máquinas e equipamentos de produção, serviços de reparo e manutenção.

tecnológicas do paradigma atual. Seriam, por exemplo, os setores ligados à microeletrônica, aos novos materiais, à biotecnologia, à química fina, etc. Os setores SD seriam aqueles usuários de forma adaptada das tecnologias geradas nos setores SB.

Os dados observados a respeito da mudança tecnológica nos últimos 23 anos, estão de acordo com a literatura econômica. Os setores SB⁸ tiveram taxas de crescimento médio (TCM⁹) da participação no total do VA e VTI positivas em detrimento dos setores SD que tiveram taxas de crescimento negativas (tabela 1). Em princípio, seria possível acreditar que o fato da taxa de crescimento ser maior nos anos 90 e anos de 2000 a 2003 do que na década de 80 decorre dos efeitos da mudança do paradigma tecnológico, que conforme a literatura acentuou-se a partir da década de 90. Entretanto, é necessário cautela na medida em que, como já se ressaltou, os dados da década de 80 são de VTI e os da década de 90 e 2000 a 2003 são de VA.

Tabela 1. Taxa de crescimento médio da participação dos setores *Science-based* e *Supplier-dominated* no total do VTI (década de 80) e do VA (1990 a 2003)

Setores	Década de 80 ¹⁰	1990 a 2003
Science-based – SB	0,54%	1,10%
Supplier-dominated – SD	-0,18%	-1,26%

Fonte: IBGE

Entretanto, apesar desse aumento da importância relativa dos setores SB na economia brasileira durante o período, é importante ressaltar que esses setores contribuíram muito pouco no total do VTI e do VA e os setores SD com o restante. Isso é mais bem visto nas figuras 1 e 2¹¹. Apesar da leve tendência de crescimento dos setores SB em detrimento dos setores SD, nota-se a absoluta dominância dos setores SD na geração do VTI. Essa leve

⁷ O IBGE define o “valor adicionado” como “o valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário.” [IBGE (1997a, p. 302)].

⁸ Para efeitos desse boletim, para a década de 80 que trabalhou com dados relativos a VTI, considerou-se como SB os seguintes setores da classificação IBGE: Material elétrico e de comunicações, Química, Produtos farmacêuticos, Produtos de matérias plásticas e os demais são SD. Para a década de 90 em diante os setores SD são: Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico, Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico, Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos, Refino de petróleo e indústria petroquímica, Fabricação de produtos químicos diversos, Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria, Indústria de transformação de material plástico, Comunicações; da Classificação Nacional de Atividade (CNAE).

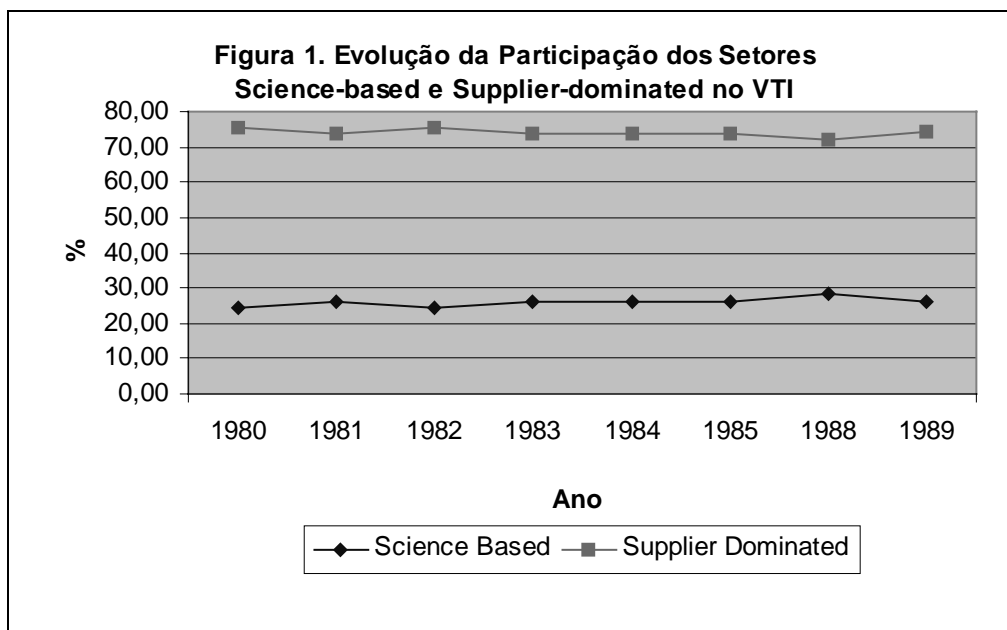
⁹ A TCM é uma taxa de crescimento acumulado, dado por $\left[\left(\frac{\text{valorfinal}}{\text{valorinicial}} \right)^{\frac{1}{n}} \right] - 1$, onde n = número de períodos.

¹⁰ Os dados dessa década estão nas *Estatísticas do Século XX*. (IBGE, CD-ROM).

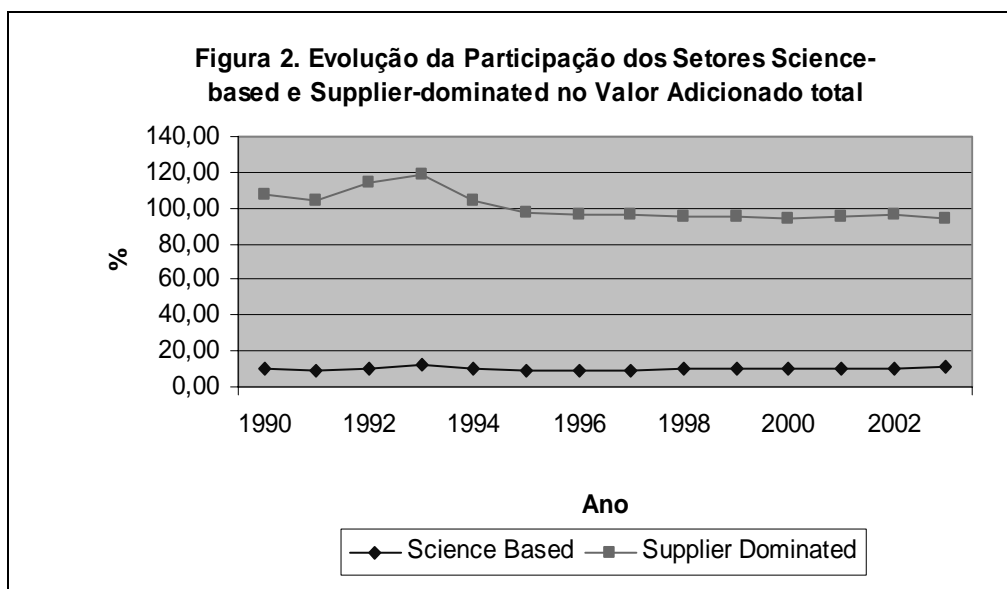
¹¹ O fato de que a participação dos setores SB nos anos 80 se mantenha em torno de 24 a 28% e nos anos 90 em diante, abaixo dos 20% se relaciona à base de dados utilizada.

tendência não é capaz de apontar para uma situação em que os setores SD estariam se tornando predominante, como nas economias desenvolvidas ou emergentes do leste asiático.

A situação é de estagnação na capacidade de gerar riqueza com base no conhecimento de forma sistemática, de tal forma que se possa pensar numa tendência de crescimento sustentando pelos padrões tecnológicos vigentes nas economias desenvolvidas.



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Na próxima edição a intenção é, na medida da disponibilidade dos dados, fazer esse mesmo de análise para a economia paranaense.

Referências Bibliográficas

IBGE. Estatísticas do século XX – CD-ROM.

IBGE. Sistema de contas nacionais - Brasil. Rio de Janeiro: Departamento de Contas Nacionais do IBGE, 1997a.

PAVITT, K.. *Sectoral pattern of technical change: towards a taxonomy and a theory*. In: Revista Brasileira de Inovação. V.2 N.2, julho/dezembro 2003.

http://www2.ibge.gov.br/pub/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/2003/sinoticas.zip

OPINIÃO

Uma análise da economia paranaense nas últimas décadas

*Demian Castro**

*Igor Zanoni Constant Carneiro Leão***

Ao fazer a síntese das intensas mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram durante as décadas de oitenta e noventa no Brasil e envolveram todas as unidades da federação, inclusive o Paraná, os autores deste texto optaram por estilizar os fatos dentro de um cenário pessimista. A análise de conjuntura, em que pesem sua necessária perecibilidade, deveria depositar o olhar no médio e longo prazo, e um ponto de partida pessimista ajuda a não subestimar os desafios do porvir.

A análise de conjuntura proposta parte da idéia de que, nesse período, houve um processo de reestruturação selvagem da economia em virtude da abertura comercial e financeira e da estabilização com ancoragem cambial entre 1995 e 1999. A contundência desse ajuste repercutiu no mercado de trabalho trazendo precarização das condições laborais e desemprego. Este movimento, com impactos negativos no mercado interno, gerou nas mentes mais desavisadas a imagem de uma retomada da modernização pois cresceram as importações e muitas destas vieram a substituir insumos domésticos, o que daria maior competitividade aos produtores locais.

O país foi sugado pela onda de globalização produtiva e financeira, impulsionada em muitos países emergentes pela adesão irrestrita a paradigmas assentados na idéia de uma autonomia virtuosa do mercado para gerar crescimento e bem-estar para todas as camadas da população, independentemente de perda de soberania e fragilização do Estado. Este era visto como grande demais, vivendo uma crise que já se arrastava há algum tempo e que deveria ser, em parte privatizado em parte sujeito a uma forte disciplina fiscal e financeira que ditou a política macroeconômica daí para frente e tiraram de pauta aspectos como uma melhor distribuição de renda, democratização do solo urbano e rural e manutenção de uma mobilidade social que inclusive avalizasse politicamente a ação governamental.

No âmbito da economia e do setor público estadual, o exame das mudanças pode ser dividido em dois períodos. O primeiro, que vem desde as “grandes transformações” dos anos

* Doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: demian@ufpr.br

setenta, atravessando os oitenta até meados dos noventa, mostra um ciclo de mudanças estruturais que perdem gradativamente dinamismo em virtude da crise da economia brasileira nas últimas décadas, que por um lado se deve a motivos endógenos e por outro reflete o instável panorama internacional.

Durante esse ciclo de mudanças, o setor público estadual, apesar do quadro de dificuldades, consegue manter suas partes constitutivas relativamente saudáveis e, portanto, com alguma capacidade de ação coordenada. Essas partes aludidas abrangem a área orçamentária das secretarias de governo, as empresas públicas estaduais e, finalmente o setor financeiro estadual no qual se destaca, entretanto, o fechamento do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) no início dos anos noventa.

Em alguma medida é possível afirmar que a articulação política permitiu elaborar e executar ao longo do tempo uma política estadual de desenvolvimento relativamente bem sucedida, responsável em certa medida pela manutenção do espaço estadual num “polígono regional de desconcentração concentrada” com modernização agrícola, certo adensamento industrial e sustentação dos serviços de infra-estrutura.

A partir da segunda metade dos anos noventa inicia-se um novo ciclo de mudanças, em geral caracterizadas pelo estabelecimento de novos vínculos produtivos, comerciais e financeiros externos e alguma desconexão dos canais de articulação com o mercado interno e as outras unidades federativas. Este movimento é acompanhado por mudanças profundas na estrutura do setor público estadual, que perde seu banco público estadual, abandona algumas importantes funções nos serviços de infra-estrutura através da privatização de empresas estaduais e outras modalidades de cessão de serviços ao setor privado e, por último, se afasta de alguns atributos históricos de disciplina fiscal, desequilibrando a área orçamentária.

Durante este período, a política estadual de desenvolvimento enveredou por uma via autônoma e agressiva: a guerra fiscal foi o instrumento largamente usado para atrair investimentos, principalmente da indústria automobilística. Portanto, o cenário pessimista do qual surge a análise de conjuntura refere-se às dificuldades atuais de desenhar uma ação pública estadual convincente no plano do desenvolvimento econômico e social sem partir para a guerra fiscal e sem os antigos apoios do Estado desenvolvimentista.

O processo de desenvolvimento envolve necessariamente consensos entre atores públicos e privados em torno de questões estratégicas e de longo prazo. A questão importante

** Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço eletrônico: igorza@bol.com.br

hoje é: como chegar a esses consensos pela via cooperativa sem o velho expediente da renúncia tributária? Quais políticas de desenvolvimento deveriam e poderiam ser executadas pelos governos estaduais dentro de um cenário maior em que o governo federal parece não assumir com o antigo vigor as iniciativas referentes ao desenvolvimento regional?

O Paraná no cenário nacional e internacional

No que diz respeito à inserção do Paraná nos cenários nacional e internacional cabe destacar que, no início dos anos 80, explicita-se uma crise internacional que arrasta a economia brasileira e põe fim ao longo ciclo de construção política e econômica de uma economia nacional cujo dinamismo estivesse em seu interior. Uma das faces dessa crise foi o colapso do crédito externo induzindo uma política econômica passiva diante dos credores internacionais e dos organismos que coordenam o financiamento e as políticas conseqüentes para a periferia.

Esse quadro implica em estrangulamento cambial, perda de competitividade da economia brasileira e crise fiscal e financeira do Estado, crescentemente em desvantagem na luta pela manutenção da moeda nacional e do valor contábil das empresas privadas. Observa-se que em meio à crise do Estado e da federação, couberam aos governos conduzir parte substancial do processo de democratização por serem destinatários, através das eleições, das demandas sociais ampliadas pela crise e as novas liberdades civis.

Nos anos 90, assiste-se a uma liberalização comercial e financeira como contra face de uma difícil renegociação da dívida externa e, também, a um novo ciclo de endividamento para pagar as importações liberadas pela valorização do câmbio numa “economia aberta”. Este ajuste estabilizador levou a uma desestruturação do já debilitado aparelho produtivo público e privado, a uma desarticulação do mercado de trabalho com aumento da segregação social e fragmentação do espaço econômico nacional.

O mercado interno duramente constituído em décadas que alternaram autoritarismo e democracia encolheu e fragmentou-se em poucas ilhas ou anéis espaciais de prosperidade que, sobre o estímulo da guerra fiscal, procuravam fugir dos problemas de concentração e desigualdade da federação brasileira. Para os mais otimistas, o Paraná se constituía numa dessas ilhas.

Como assinalam autores como Macedo, Vieira e Meiners, a antiga idéia de uma complementaridade da economia paranaense em relação principalmente a São Paulo foi substituída pela visão de uma economia que compõe um dos elos de uma rede de núcleos

dinâmicos que, por um lado está redefinindo o processo de criação de riqueza na economia brasileira e por outro está cada vez mais integrada e articulada com o exterior. Nesse caso se encontra especialmente a Região Metropolitana de Curitiba.

Esses autores enfatizam um conjunto de tendências que remetem aos seguintes problemas:

1) Tendência de a economia paranaense basear-se cada vez mais na expansão da indústria metal-mecânica e serviços associados, fortemente nucleados ambos na automobilística;

2) Criação de oportunidades para o desenvolvimento de fornecedores locais e impacto de novos investimentos sobre os serviços;

3) Avanço do agronegócio e constituição de funções urbanas em cidades de pequeno porte, criando um mercado de trabalho não apenas rural nos pequenos municípios;

4) Concentração das atividades econômicas na Região Metropolitana de Curitiba com tendência a reforçar um processo urbano de periferização excludente, na medida em que em seu entorno crescente abrem-se espaços de pobreza e precário uso do solo, entre outros aspectos;

5) Diferenciação do potencial dinâmico de cada região do estado, com as regiões mais urbanizadas dependentes do investimento industrial e as regiões ligadas ao agronegócio mais conectadas às exportações. Em ambas, o declínio da migração ocorre com fragmentação do espaço urbano, mesmo em cidades onde há algum tempo isso seria inesperado;

6) Desestruturação do mercado de trabalho com baixa elasticidade do investimento industrial sobre o emprego assalariado, crescimento da informalidade e desemprego estrutural em diversas faixas da população economicamente ativa, notadamente nos maiores centros urbanos e em sua periferia;

7) Crescimento baixo, mas contínuo da população, inclusive no interior, paralelo ao envelhecimento, levando a demandas novas sobre a agenda pública e aos mecanismos existentes de seguridade social;

8) Transformação na política pública originando um padrão mais descentralizado, horizontalizado e seletivo em termos espaciais e territoriais que, entretanto, está longe de dar conta dos graves problemas apontados, na medida em que consiste em focalização de ações públicas num ambiente de degradação espacial e social muito generalizado.

A combinação dessas tendências revela uma velha dicotomia do desenvolvimento brasileiro: o progresso material encontra-se descolado do bem-estar social de grandes

segmentos da população e o dinamismo da economia não converge com o progresso social. Nessas condições, o ambiente para a realização de investimentos e expansão do consumo, com frequência fica rarefeito, tornando menos denso o espaço econômico rebatendo sobre a vida e o consumo desses segmentos.

Fica claro a partir daí e dos trabalhos e pesquisas disponíveis sobre o Paraná, como os que têm realizado o Ipardes, o Dieese e o IBGE, que o desenvolvimento da economia brasileira nos termos acima tem permitido a presença de anéis de criação de riqueza, inclusive no Paraná, em virtude da estratégia de expansão de determinados oligopólios e de sua visão sobre o mercado nacional e sul-americano e, não menos importante, do senso de oportunidade dos *policy makers* locais.

Todavia, a existência destes anéis, além de carregar as informações genéticas do desenvolvimento excludente, não é capaz de dar sentido ao espaço nacional dramaticamente ocupado por anéis de privação e violência com extraordinária capacidade de difusão. Nesse sentido são limitados os impulsos ao crescimento da economia paranaense e brasileira a partir do Estado e do formato da política econômica, que realça uma subordinação passiva à concentração produtiva e financeira.

Esses impulsos têm vindo da vocação exportadora antiga do Brasil e mais particularmente do Paraná, tanto do agronegócio quanto do oligopólio automotivo da região metropolitana de Curitiba. Isso condiciona e limita o crescimento e o espaço de manobra do Paraná, especialmente quando o Estado está pagando dívidas da guerra fiscal passada.

Não há nesse contexto políticas de alto impacto sobre a pobreza e bem-estar e o tecido social paranaense passa a se caracterizar pela violência como um modo rotineiro de vida em quase todos os municípios e uma questão social difusa e de grande porte em virtude das condições materiais referidas, a uma cultura dominada pelo individualismo, a desinformação, que em grande medida caracteriza a mídia e a uma grande precarização de movimentos sociais e trabalhistas que sofreram impactos fortes com a crise social e no mercado de trabalho.

No conjunto da economia paranaense faz falta um agente financiador e articulador de projetos que induza ações empresariais como foi o caso do Badep, cuja rica experiência foi perdida sem deixar o lastro de sua memória técnica e política. Nos anos 90, proliferaram instâncias de negócios que desnacionalizaram ou privatizaram empresas deixando o governo estadual refém de contratos com segmentos do setor privado e com pouco espaço político

para alavancar ou defender um projeto de governança mais coerente com os princípios de um modelo de desenvolvimento inteligente e socialmente equilibrado.

Mesmo o “novo moderno” que veio a instalar-se no Paraná como, por exemplo, as indústrias do setor automotivo poderiam, em tese, vir a constituir o cerne de uma cultura industrial, mas isso não ocorre porque não geram mais os antigos *linkages* da era fordista, seus vínculos espaciais e sociais podem desfazer-se rapidamente ao sabor do desmonte de uma linha de produção. Mal o núcleo automotivo instalou-se no Paraná e já é possível conviver com uma experiência de desmontagem de algumas de suas atividades produtivas.

Os espaços abertos à economia paranaense têm sido aqueles aproveitados pela política externa brasileira que tem soldado um pacto com países de rápido crescimento com uma política econômica original e bastante autônoma como a China e a Índia. Porém, isso é insuficiente para garantir o crescimento de uma economia diversificada e com o porte da economia brasileira no quadro de uma deterioração contínua da economia internacional, arrastando para baixo o investimento industrial o emprego e a renda, dado o recorte da política macroeconômica de juros altos, superávit primário elevado, câmbio estável numa verdadeira subordinação de todos os interesses aos interesses financeiros. Este quadro impacta, sobretudo, no Paraná, sobre seus maiores centros urbanos, fragmentando sua sociedade já historicamente necessitada de um espaço social e político mais abrangente.

Nesse contexto a questão das finanças federativas é crucial. É necessário pensar o estado no sentido de que o Paraná deixe de se considerar uma periferia dinâmica em favor de uma nação com muitas regiões cuja riqueza econômica e social precisa ser preservada e dinamizada. No contexto atual do Paraná, o mercado de trabalho cria poucos empregos, a massa salarial não sobe, a renda média se deteriora e o endividamento das famílias e empresas menores é geral, agravado pelos altos juros, pelo baixo dinamismo do mercado urbano e o difícil acesso ao sistema bancário.

Historicamente, o desenvolvimento regional do Paraná se fez a partir da reconstrução das velhas relações de produção e do baixo nível de renda das células exportadoras presentes até a década de 30, no sentido da criação de uma economia baseada no trabalho assalariado e em grande parte maximizando as possibilidades de dinamismo geradas pela economia paulista. Isso foi possível em grande parte graças a uma atuação do Estado e de suas antigas agências de fomento e de pesquisa, no quadro mais amplo de uma economia nacional em construção acelerada.

Na crise que se abre no início dos anos 80, com origem num colapso financeiro que atinge diversos países e num redirecionamento político e econômico norte-americano, abre-se um período em que a agenda pública no Brasil é disputada entre segmentos liberal-democráticos e os interesses ligados às finanças internacionais e os bancos brasileiros com forte posição no mercado.

Esse conflito acaba sendo decidido, em meados da década de 90, num movimento complexo que envolve privatizações, desnacionalização de grandes empresas brasileiras, forte desaceleração do emprego e da renda, fragilização dos sindicatos e dos movimentos populares e a irrupção de uma cultura individualista e midiática que enfraquece a solidariedade social e redireciona a ação pública.

Embora seja difícil fazer uma política macroeconômica criativa nos quadros do atual conjunto de interesses dominantes no plano internacional, que são basicamente financeiros, o Brasil optou por um ajuste fiscal e financeiro que restringiu sem necessidade ações importantes como aquelas voltadas para a democratização do acesso ao solo urbano e rural, seguridade social mais abrangente e gastos mais audaciosos em saúde e educação. Na verdade a macroeconomia se torna refém dos interesses privados e a passagem à democracia converte-se numa privatização do estado paradoxal.

No âmbito estadual, a progressiva deterioração das finanças públicas convive com abandono da disciplina fiscal e com elevação dos níveis de endividamento. Altera-se também o quadro institucional do setor público paranaense com o processo de privatização de empresas públicas estaduais setores de infra-estrutura preludido pela extinção do Badep. A partir de meados da década de 90, esse quadro reflete um governo que altera a máquina pública e a inserção do governo estadual na sociedade paranaense de forma marcante.

No início deste século, o governo estadual passa a enfrentar dificuldades financeiras que extinguem órgãos e cargos ligados ao executivo, inclusive secretarias e autarquias, tornando visível a dificuldade de manejo financeiro das atividades do governo.

Também em meados dos anos 90, o governo estadual concede um amplo conjunto de vantagens e benefícios fiscais e financeiros destinados a atrair principalmente empresas multinacionais do setor automobilístico. Houve também benefícios relativos à infra-estrutura com envolvimento da Copel e da Sanepar, além da construção de um ramal ferroviário entre a empresa e o tronco ferroviário mais próximo. Além disso, o governo do estado manteve participação acionária na rede de distribuição da Renault usando recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) provenientes de *royalties*, venda de ações da Copel e

créditos do extinto Badep. A Renault recebeu recursos a título de empréstimos com prazo de vencimento de 10 anos, sem juros ou atualização monetária e deverá pagar os empréstimos a partir de 2006. Benefícios também foram estendidos a outras empresas automobilísticas e seus fornecedores. Tudo isso ocorreu no contexto já aludido da guerra fiscal.

A conclusão sobre a execução de políticas de desenvolvimento estaduais autônomas e agressivas pela via da guerra fiscal é clara: a degradação do espaço federativo impõe um custo nacional maior do que as eventuais vantagens regionais obtidas com a realização dos investimentos. Além do mais, cria-se a idéia de que o país faz com que seu território passe por períodos tormentosos perante qualquer espasmo de investimentos.

Este conjunto de processos econômicos e opções políticas realizadas limitam em muito a ação pública no Brasil. No atual governo estadual assiste-se a uma luta para recuperar alguns espaços de elaboração e execução de políticas públicas que foram perdidos no ciclo anterior. Entretanto, não deve o leitor acreditar que a conjuntura é favorável a uma ação que tende a contestar os contratos tão centrais na retórica dominante entre os formuladores de política econômica a nível nacional.

O governo estadual tem se mostrado inventivo, como no caso do combate aos transgênicos, à política de concessões de serviços públicos, tem revitalizado órgãos de ensino e pesquisa e se mostrado corajoso em suas posições diante da agenda macroeconômica federal. Essas ações são ponto de partida contra a paralisia a que as opções dos anos 90 empurraram à sociedade, à política e até mesmo ao empresariado no Paraná. No entanto, pensamos que outros desafios deveriam ser incluídos na agenda pública estadual.

Entre eles, os autores propõem que os agentes sociais privados e públicos presentes no estado do Paraná passem a encarar o desafio de conquistar o “mercado brasileiro” que, afinal de contas, apresenta menos barreiras à entrada do que os mercados externos. Complementarmente, seria extremamente auspicioso que o estado, através da sua inteligência constituída, passasse a preocupar-se com as relações federativas e os termos que podem pautar a inserção do Paraná no espaço nacional, reinventando conjuntamente com outras unidades políticas a idéia de construção da nação e não a de meramente tentar incluir-se como uma ilha de prosperidade em meio a um mar muito encapelado.

unidades políticas a idéia de construção da nação e não a de meramente tentar incluir-se como uma ilha de prosperidade em meio a um mar muito encapelado.